



ENTREVISTA



## ENTREVISTA : CARLOS ROBERTO JAMIL CURY



**Sandra Pereira Tosta** <sup>1</sup>

**Thias Gil** <sup>2</sup>

**Lenise Vieira** <sup>3</sup>

Vol. 9 Número especial

jul./dez. 2014

p. 461 - 492



Foto: Odilon Fonseca Filho

### Apresentação:

O prof. Carlos Roberto Jamil Cury, possui graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Nossa Senhora Medianeira (1971), mestrado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e doutorado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1979). Fez seu pós-doutorado em 1994, junto à Faculdade de Direito do Largo S. Francisco- USP. A seguir, junto à Université de Paris (René Descartes), em 1995, continuou seus estudos pós-doutorais. Entre 1998-1999 fez outros estudos de pós-doutorado na École des Hauts Études en Sciences Sociales, EHESS, também na França. Em 2011 fez um estágio pós-doutoral na UFRJ. É professor titular (aposentado) da Faculdade de Educação da UFMG da qual é professor emérito. Também foi pró-reitor adjunto de pesquisa desta universidade. É professor adjunto da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, atuando na Graduação e Pós-Graduação em Educação (mestrado e doutorado). Foi membro do Conselho Estadual de

<sup>1</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC/Minas

<sup>2</sup> Doutorando em Educação pela PUC/Minas

<sup>3</sup> Doutoranda em Educação pela PUC/Minas

Educação de Minas Gerais. Entre 1996 e 2004 foi membro do Conselho Nacional de Educação (CNE) na Câmara de Educação Básica (CEB) da qual foi seu presidente por duas vezes. Foi Presidente da CAPES em 2003 e membro do CTC da Educação Básica (2009-2011) da CAPES. Foi membro da Comissão de Educação da SBPC e membro atual do seu Conselho Nacional. Foi também membro da Câmara de Ciências Humanas da FAPEMIG. É membro do Conselho Superior da CAPES. É pesquisador IA do CNPq.

**Entrevistadoras (E): Prof. Cury fale de sua trajetória de vida e como ocorreu sua entrada na educação.**

**Como a vocação religiosa se revelou ao jovem de 11 anos fazendo-o ingressar no Seminário Nossa Senhora do Carmo em Araraquara (SP) em 1956?**

**O senhor cursou uma parte do ginásio no Seminário Nossa Senhora do Carmo e o restante do ginásio, Clássico e Científico no Seminário do Verbo Divino de Ponta Grossa (PR). Depois foi ministrando aula de Filosofia no Colégio Sacré Coeur de Marie (SP). A seguir fez Graduação em Filosofia e mais dois anos de Sociologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora Medianeira. Prosseguindo, foi professor da PUC-SP, ministrando aulas no Ciclo Básico e no período de 1972 a 1979 fez Mestrado e Doutorado em Educação na PUC-SP, assinalando seu ingresso na UFMG em 1978 como professor da graduação e da pós-graduação. Quando se deu seu real encontro com a educação?**

**Prof. Carlos Roberto Jamil Cury (Prof. Cury)-** Então, eu estava na escola primária, no quarto ano, e um dia chegou um sacerdote lá, no horário do ensino religioso que era um horário relativamente fluido. Volta e meia aparecia alguém lá falando sobre religião e a gente não dava muita bola para aquilo não, mas aí apareceu um sacerdote diferente querendo fazer uma pesquisa. E esta pesquisa era o que nós chamaríamos mais tarde de tendências vocacionais, tendências ocupacionais e fez um trabalho muito interessante, assim, perguntas bem feitas, muito bem boladas. Eu era um moleque de 11 anos e eu era muito peralta, não é? Era danado. E as professoras passavam mal comigo. Então eu ficava na mesma carteira um colega chamado Izidoro. E nós éramos a dupla infernal. Fazíamos o diabo. Aí no final da pesquisa tinha lá uma das possibilidades que era se não queria ir para um seminário e tal. Aí eu cochichei para o Izidoro: vamos! Por que não? Aí dissemos que sim. E passado um tempo, um padre bate lá na porta da minha casa e quer conversar com meu pai. Falou: seu Jamil, seu filho disse que quer ir para o seminário. Meu pai falou:

- Meu filho nunca falou nisso, vive falando palavrão, jogando futebol, passa sempre raspando. Que história é essa? De jeito nenhum! Nunca falou nada não.

- Mas olha aqui, ele respondeu estas questões e aqui em baixo ele marcou sim.

Meu pai que era Cury, Cury em árabe significa padre, daí vem a expressão em português o cura. Cura da catedral, Cura D'ars. Tinha tido um trisavô padre, porque no oriente, mesmo ligado à Igreja Católica Romana, os padres seculares se casam. Eles continuaram com a tradição dos apóstolos e tal, aquela história toda. Então meu pai ficou animadíssimo, ele ficou animado mesmo com esta história. Me chamou:

- Você está querendo ir mesmo?

Eu falei:

- Eu botei, mas eu botei de brincadeira.

- Com isso não se brinca, olha o que você fez com o padre.

O padre chegou e me chamou lá. Minha mãe furiosa, não queria saber de jeito nenhum. Aí eu perguntei:

- O quê é que tem lá?

O padre disse:

- Ah! Tem dois campos de futebol, tem pomar, tem piscina.

Eu falei:

- E quantos meninos têm?

- Ah! Normalmente tem uns 50. Dá para formar quatro times de futebol

Ah! Mas isso era sopa no mel. Time de futebol, piscina, pomar, passeio, estudo e tal. Está ótimo! Vamos embora. Aí aconteceu um fenômeno curiosíssimo que acabou reforçando esta decisão absolutamente ingênua, que foi que eu virei assunto na família. Virei o assunto. Na época o máximo que se tinha era rádio. Então havia reunião da família. Nossas famílias moravam todos muito próximos, na é? Minhas tias, meus tios, etc. Então, cada noite reunião lá em casa. Meus tios brincavam:

- Carlos Roberto! Você vai? Que isso? Ele é malandro! Quê que isso! Eu não dou dois meses e ele vai ser expulso.

E aí foi aquela história de fazer enxoval, roupa. Eu virei o assunto da família. Na escola, eu e o Izidoro, o assunto da escola. Só nós dois daquela escola. Aí acabamos indo 11 de São José do Rio Preto: um time de futebol. Aí foram constituídos 4 times: um de São José do Rio Preto, 2 da capital e um do resto do interior de SP. Formou-se o que o padre havia dito: 4 times de futebol. Era a glória. Bom, aí eu entrei no seminário e evidentemente aquela análise que o Goffman faz das instituições totais é verdade. Embora fosse um seminário bem mais flexível, nós tínhamos 11 anos, na verdade você começa a entrar num determinado roteiro em que vai realmente fazendo sua cabeça. Isso é tranquilo. Existe um ritual todo que você não percebe, pronto e você vai, vai, vai.

Bom, para encurtar a história, em Araraquara foram dois anos muito bons. Muito bons mesmo. Nós éramos 50, então tinha estudo, eu fiz exame de admissão lá, não é? Eu passei. Se eu não passasse, eu teria de voltar. Fizemos dois anos lá. Volta e meia ia a Rio Preto, voltava. Quando terminaram estes dois anos, segundo ano do ginásio, um padre veio e falou de novo com a mesma história:

- Olha, nós não estamos mais dando conta de segurar todo mundo aqui em Araraquara. Em Ponta Grossa, no interior do Paraná vocês terão muito melhores condições. E lá são 200 meninos.

Bom, mas aí pular de 50 para 200! Imagina! E aí decidimos ir para Ponta Grossa. Minha mãe sempre na oposição, meu pai ao contrário, meu pai ficou contentíssimo. Falou:

- Oh! Vai recuperar o nome da família, de meu trisavô.

E partimos para lá, de trem, 24 horas de trem maria fumaça. E Ponta Grossa era outra coisa, não é? Viajávamos em grupo. Os padres alugavam um vagão no trem porque juntava todo mundo. Os 50 pegaram o vagão. E toca o barco até Ponta Grossa. Nós achávamos o máximo, entendeu? Fazíamos farra durante a viagem, 24 horas de viagem, parávamos nas estações, descíamos, íamos descobrindo paisagens.

Ponta Grossa já foi mais difícil. Primeiro foi ter que se adaptar porque aí eu tive um encontro com a diferença. De repente você tem colegas não urbanos, rurais, vindo das colônias, italianas, alemãs, austríacas, polonesas e eu vinha com uma roupa mais ou menos como vocês estão me vendo vestido e meus colegas vinham com roupas de colono. Usavam roupa feita em casa e falavam um português arrastado, um português horrível, muito ruim. Então aquilo foi causando um choque. Como que é que eu negocio a diferença? Porque nós éramos os paulistas e éramos vistos como os urbanos; nós éramos vistos como os modernos e eles se tinham na conta de tradicionais, rurais e de fato eram, mas não tradicionais. A maior parte vinha do pequeno colonado gaúcho, catarinense e paranaense porque o seminário de Ponta Grossa agregava todo mundo que vinha dos pequenos seminários do interior do Rio Grande do Sul, do Paraná e Santa Catarina e se encontravam estes duzentos moleques lá e que ia do primeiro do ginásio até o último do colegial. Tinha separação. Nós não podíamos, por exemplo, conversar com a turma do colegial. Era proibido. Só podia conversar com eles em dia de festa em horários definidos. Evidentemente os padres tinham em torno disso uma

dimensão pecaminosa, risco de homossexualismo. Então havia uma separação muito rígida entre uns e outros. Nas mesas, o refeitório era comum, mas as mesas eram separadas.

E lá então eu fui até o ensino médio. Concluí lá o ensino médio. Foi uma época mais difícil. Era uma congregação de padres alemães. Tinha como lema ser missionário do mundo e tal e a gente tomou evidentemente contato com padres que vinham da Ilha de Bali, que tinham vindo da Indonésia, que tinham vindo da China Taiwan. Se, de um lado, eu perdi a minha juventude do ponto de vista, vamos dizer assim, dos contatos, namoricos e tal, de outro lado eu ganhei muito porque eu tive uma formação clássica e científica. Nós fizemos os dois. Nós fizemos o clássico e fizemos o científico, não é? Tanto que nós tínhamos aula em todos os períodos: manhã e tarde, exceto na quinta-feira. Quinta-feira era dia de trabalho. Quando eu digo para os meus filhos que eu cortei cana, que eu plantei arroz, que eu colhi arroz, que eu colhi trigo, centeio, feijão, capim, eu cuidei de vaca, porco, eles não acreditam. Falam na minha cara:

- Você está brincando! Professor de universidade! Onde já se viu! Quê que é isso? Essa mãozinha aí?

Minha mão era calejada. A primeira vez que meu irmão entregar pra mim um convite de casamento, ele foi e ele chegou e eu não estava lá. Eu estava cortando cana. Aí quando ele chegou ele viu meu braço todo sangrando (não sei se vocês conhecem a cana, ela corta e nós não podíamos meter fogo porque era antiecológico, então tinha que cortar a cana. Tirava os montes e jogava lá pra ser triturado e virava comida para os animais. A gente cuidava de abelha, de porco, de vaca). Esse tipo de coisa ninguém acredita. E ao lado disso tivemos que desenvolver um lado estético-cultural. Eu aprendi piano lá. Comecei com o piano, depois fui para o harmônio, do harmônio fui para o órgão e me tornei o organista oficial do seminário. Eu tocava bem. Canto, coral. Fui maestro. Tenho foto. Não mostro porque fica parecendo cabotinismo. Nós éramos incentivados a não perder concertos. Em Ponta Grossa havia orquestra e nós não perdíamos. Eu era imediatamente chamado porque como o organista tinha um lugar cativo. Cheguei a aprender a tocar um pouco de violino, mas Não deu. Tinha banda, tinha orquestra. A orquestra eu dirigia, a banda não. E teatro, nós éramos incentivados. Com 17 anos. A gente aprendeu latim, grego. É uma coisa interessante para sua vida porque às quintas-feiras a gente se tornava seres rurais, trabalhadores mesmo! Nós íamos para a horta. Era assim: em uma semana você trabalhava na horta, na outra semana você trabalhava em um curral, chiqueiro, na outra semana você ia para o corte ou para o plantio, na outra semana você ia para o rio, para pegar areia. Entre os colegas de então, temos uma pequena rede pela qual a gente ainda se comunica.

Recentemente fui a Curitiba. Passei pela Praça onde se situa o Palácio Iguazu. Foi lá onde se realizou o congresso eucarístico de 1960. E claro, nós tínhamos de ir. Fomos todos de pau de arara. Fomos de Ponta Grossa até Curitiba, 110Km, terra! Bate e volta. Chegamos lá para a missa. Eu fiquei encantado com duas coisas: primeiro, Curitiba, cidade moderna, belíssima, a praça e tal. Segundo, aquela multidão para a missa campal. Nós ficamos lá atrás, mas quem fez o sermão foi Dom Helder. Foi a primeira vez que alguém relacionou o pão eucarístico com a fome no Brasil. Eu pensei: mas este bispo aí... eu nunca tinha ouvido isto! E fiquei assim, meio que incomodado com aquilo, mas ao mesmo tempo uma homilia com uma presença, uma voz, uma presença, uma coisa de louco, não é? E outra coisa: estavam lá os 3 candidatos: o Lott, o Jânio e o Adhemar. Eles não falaram nada, claro. O locutor é que falou: estão presentes aqui e tal. Eu achei interessantíssimo porque tinha acabado de inaugurar Brasília e ocorreriam as eleições e estavam eles lá. E eu matutei: que coisa estranha! Estes 3 aí e vieram exatamente para um congresso eucarístico! Foram duas coisas que em incomodaram: o discurso do Dom Helder, fazendo esta ligação com a fome (nordeste, Josué de Castro). Este homem mexeu com a minha cabeça e a outra coisa foi a presença de políticos

A gente, entre os colegas de então, mantém até hoje uma amizade boa, sabe? Aí,

você é um leigo, um seminarista menor porque você está na educação básica. Com toda esta formação. Nós tivemos grego, latim, francês, inglês, alemão e toda semana tinha um dia que você tinha que conversar nestas línguas, menos grego. Tinha que conversar em latim, conversar em francês, conversar em inglês e conversar em alemão. E regras rígidas. Para comer, nós tínhamos de colocar um livro embaixo dos braços e manipular os garfos e nada de cortar laranja de qualquer jeito. Tinha que cortar com garfo e faca.

O fato é que chegou o momento de decisão. Você vai para o seminário maior ou não vai? Bom, eu tinha a cabeça relativamente feita. E eu conversei com meus pais, etc. Minha mãe puxou o freio de mão de novo, meu pai achou o máximo e aí de novo uma conversa na família. A preparação para a ordenação são de 9 anos. Então dia 02 de fevereiro de 1964, eu tirei o terno e gravata. Uma cerimônia bela e dura. Você tira as roupas civis. Mas, no dia primeiro antes de receber a batina, nós tivemos o retiro de 3 dias para pensar. Um padre me chamou. Falou assim:

- Eventualmente você alguma vez colocou na sua cabeça que ao tomar a decisão que você está tomando amanhã, que não é uma decisão definitiva, você eventualmente estaria fugindo do sexo feminino? No outro dia eu ia fazer votos de castidade. Aí:

- Não!!! Não!!! Sou muito bem resolvido. Estou muito consciente do passo que eu vou dar.

- Se você veio aqui para fugir do sexo feminino é melhor você desistir agora.

Foi um choque assim. Eu pensei muito! E aquilo ficou aqui na minha cabeça batucando. Bem, aí nós nos encontramos com o pessoal que veio de Belo Horizonte. Nós éramos da província do sul e a turma de Belo Horizonte, aqui do Araldinum era da turma do norte. Então nós encontramos lá e nossa turma era de uns 15 que recebemos batina. E aí começou a dureza. Realmente você entra em um tempo de ascese. Leituras, livros todos ligados com vocação sacerdotal, esse tipo de coisa, que é o noviciado. Primeiro noviciado. Nesse noviciado teve o famoso retiro inaciano. O retiro inaciano é de 40 dias de silêncio. Um colega meu ficou tão estressado que, por algum tempo, perdeu todo o equilíbrio emocional. Você tinha uma semana, um dia de conversa, mais uma semana, um dia de conversa e 5 conferências por dia. Coisa de louco!

Bom, este retiro é... de lascar. Você não sabe o que é isso. Por exemplo, a terceira semana fica com as janelas fechadas, blecaute. É um retiro bolado por Santo Inácio. Quando termina tem festa, termina no domingo de Pentecoste. Vinha família e tal. Três desistiram, que é um retiro para te esgrimar. Você vai ou não vai pra frente. É uma prova.

Aí terminou o primeiro ano e no segundo ano a gente começou a ter o curso de filosofia propriamente dito. É o primeiro ano de filosofia. Aí você tem as disciplinas da filosofia. Lógica, história da filosofia. Este primeiro ano foi o ano de 1964.

Não sei se lhes interessa tem um caso muito curioso. Na noite da quinta-feira santa eu tinha que ficar na portaria para tomar conta do telefone e os outros colegas estavam fazendo a adoração do santíssimo e à meia noite começava já a sexta-feira santa, mas a gente tinha de ficar lá na capela. O Adhemar de Barros já estava no seminário. Todo ano ele ia, era amigo dos padres e tinha um quarto lá, um apartamento reservado para ele. Era governador de São Paulo. O Adhemar tinha chegado de Helicóptero lá dentro do seminário. Aí eu estava na portaria e chegou um corpulento e me falou:

- Olha o senhor não precisa tomar conta do telefone não porque eu conversei com o padre provincial. Quem vai tomar conta do telefone sou eu porque vão chegar umas autoridades, eu tenho mais familiaridade, mas o senhor pode ficar aqui do lado porque pode ter alguma coisa aí da congregação aí você resolve.

Aí de repente chega um fulano. Óculos fundo de garrafa, o olho saltado. Quando eu olhei aquilo: "meu Deus do céu! É o Carlos Lacerda. O que está fazendo este homem aqui?". Todo o prédio já cercado pelo exército. Chegou o Lacerda, chegou Amauri Kruehl, comandante do segundo exército, chegaram mais uns generais. Bom, no outro dia eu

perguntei o que é que tinha acontecido. Quando foi duas horas da manhã eles foram embora. Adhemar ficou. Adhemar nos chamou para fazer uma conferência. Para encurtar a história ele disse:

- Vocês empunham os terços que nós vamos empunhar as armas.

Isso era 27 de março de 1964. Eu fui uma testemunha ocular de um dos últimos preparativos do golpe de 64. Lá no seminário.

Bem, aí eu fiz o primeiro ano do noviciado e fizemos filosofia. Nisso já era o Concílio Vaticano II. Nós íamos acompanhando e a nossa cabeça abrindo. E aí, a primeira demanda que nós fizemos:

- Não queremos mais fazer filosofia aqui porque a filosofia aqui não tem valor oficial. Queremos fazer onde tem validade oficial. Os jesuítas acabaram de abrir um curso de filosofia e nós podemos fazer junto a eles.

Aí por uma série de razões os padres toparam que a gente fizesse com os jesuítas. O curso era aberto. O nosso era fechado. Aí nós começamos a fazer o contato lá com os jesuítas e fizemos o vestibular para ir para lá, um vestibular fácil. Aí nós entramos e começamos a fazer filosofia lá. Quase não tinha mulheres. A maior parte era seminaristas, alguns leigos. E nossa cabeça começou a abrir, entendeu? E nós começamos a fazer contato com os dominicanos, a história, a ditadura.

### **(E) Neste período como é que você entendeu o golpe militar no país?**

**(Prof. Cury)** Lentamente nós fomos tendo uma consciência do que estava acontecendo. Porque o padre que era o nosso prior de noviço tinha a cabeça boa e tal. E ele, gaúcho, muito chegado no Brizola, getulista, começou a mostrar as coisas. Isso é terrorismo cultural e tal. E a gente começou a ler o Alceu de Amoroso Lima. O Alceu, no início deu apoio, mas logo ele percebeu o terrorismo cultural e começou a se afastar e a gente se inteirando daquilo. Então, lentamente, com contato com os dominicanos que estavam quilômetros na nossa frente, Frei Tito, Roberto Romano e a gente falou: “o negócio aí é um pouco diferente, não é?” E com o Vaticano II, nós dissemos assim: “Nós não queremos ficar aqui só no claustro não. Nós queremos ir para a periferia”. Aí sábado, nós íamos para a periferia. E aí era difícil porque aquelas mocinhas vinham, cercavam a gente, era um caso sério! Nos assediavam. E eram bonitinhas. Eram meninas pobres. Neste intervalo, chega o final do segundo ano e o primeiro com os jesuítas. O primeiro ano foi dentro do seminário, já o outro é a filosofia. Algumas matérias foram aproveitadas, não todas, mas foram aproveitadas. E a gente entrou em contato com muita gente. Tinha muito advogado fazendo o curso, muita gente que vinha de movimento de esquerda católica.

Eu tenho um problema, que vocês já devem ter reparado, eu tenho “Tremor Essencial” nas mãos. E um padre, muito sagaz achou que eu teria algo mais grave. E falava na época que era Doença de São Guido. Aí ele me mandou para um neurologista. Um grande neurologista lá em SP e ele fez todos os exames e disse:

- O senhor não tem nada. Tem tremor essencial nas mãos. Isso é genético, da sua família. Não progride, não regride. O senhor tem de conviver com isso.

Mas o padre não se satisfaz. Ele falou:

- Olha Cury, eu acho que você deveria pensar em fazer uma psicoterapia.

- Mas o neurologista que o senhor indicou, que é o melhor de SP, disse que é um tremor essencial!

Outra decisão importante. No final do segundo ano nós tínhamos que fazer os votos definitivos. Não para o resto da vida, mas definitivos para aquele ano. E aí há uma nova cerimônia, novo ritual. São três votos e você se prepara, longas discussões sobre o que é o voto de pobreza, o que é o voto de obediência, de castidade. Aí a gente já discutia isso abertamente todas essas coisas. Então eu fiz os votos, e na metade do ano, achei que estava



no caminho errado. Eu tinha 21 anos, e falei: “não é pra mim”. Não é pra mim porque certas coisas só quem passou por isso (eu e meus colegas) iremos entender. Certas coisas paradoxais no interior da própria instituição. Não dava. “Como é que eu tenho isso e no final de semana eu saio, vou aí para a periferia, praticando alfabetização”. E os padres alemães não gostavam nada dessa história da gente sair todo final de semana.

Em final de 67 eu decidi sair. Uma decisão difícil, meu pai não gostou nada, minha mãe ficou felicíssima da vida. Decidi sair do seminário. Eu tinha de fazer uma petição para a não renovação dos votos. Você não renovando, obviamente não está mais comprometido. Muito difícil para um rapaz de 18-21 anos.

Eu comecei a lecionar em 66 em um colégio público a matéria facultativa de ensino religioso. Vocês imaginam que em 66 explodia a jovem guarda, a contra cultura. Um colega tem a gravação de uma das poucas músicas que o Chico Buarque talvez não tenha. Ele fez para o João XXIII. Se é que ele sabe que um dia ele fez isso. Ele não era tão conhecido assim. Eu era jovem, sabia tocar, eu ia às festas. Participei de grupos de jovem neste colégio chamado Augusto Conte no bairro de Santo Amaro de SP. Então lá nós fizemos muitas amizades, não só com as meninas, com os rapazes também. Recentemente um veio querendo conversar comigo:

- Cury, eu me lembro das suas aulas. Eu achava o máximo porque você abriu a cabeça da gente pra certas coisas que a gente não tinha se dado conta.

Um inclusive se tornou um advogado da comissão de justiça e paz.

O fato é que eu decidi sair. Decidi sair e aí, como é que faz? E a família, onde vou morar, o que vou fazer? Nisso, os colegas que já tinham saído, tinham se alocado na Avon. Naquela época o emprego era fácil. Era muito fácil. A ditadura teve como elemento de hegemonia o emprego. Ganhava-se mal, mas tinha emprego. Tinha arrocho, mas tinha emprego. Meus colegas que saíram antes de mim se empregaram em bancos ou na Avon. Então, os padres nos deram um tempo para ficar lá e com uma mão na frente e outra atrás eu ia fazer o processo de ser selecionador do pessoal da Avon. Até hoje eu tenho vários colegas que são diretores na Avon em SP.

Em um domingo, Nós fomos jogar bola no seminário bateu o telefone e o padre me chamou:

- Olha, pintou aqui um emprego para você, quem sabe, você está terminando a filosofia lá com os jesuítas, quem sabe você possa ser aceito. Era a congregação de Sacré-Coeur de Marie. Uma freira me convidava para eu dar aula de filosofia. Eu falei: “tá bom, amanhã vou lá, vou ver, não é?” Nisso eu já estava morando em uma pensão modesta na Rua Amazonas com mais 3 colegas. O bairro até que era bom, mas a pensão tinha de tudo que imaginar. Tinha trabalhadores da área de serviços. E nós 4 alugamos um quarto lá para dividir, porque dinheiro nós não tínhamos. Saímos com uma mão na frente outra atrás. Aí ficamos lá.

Aí eu fui conversar com a freira. Eu falei:

- Eu não sou formado ainda.

- Mas existe a autorização provisória, é lícito, o MEC vai autorizar. Você me traz o currículo e aviso: você vai ser o primeiro homem a lecionar neste colégio, só de meninas e da alta burguesia.

E lá fui eu. Primeiro dia de aula eu entrei, aquelas meninas muito bem apessoadas, chegando muitas com motoristas, meu Deus do céu, algumas riquíssimas! Eu olhava os sobrenomes assim: “Meu Deus do céu, que isso? Onde é que eu fui amarrar meu burro?”.

Era uma época que, ao mesmo tempo em que havia ditadura, havia certa liberação contra cultural que atingiu também aquelas meninas. Elas chegavam:

- Professor, vamos a uma festinha hoje?

-Vamos

- O senhor leva sua namorada?

“ Eu não tenho namorada! Quem que eu vou levar? O quê que eu vou fazer?”.

Elas marcavam para 8hs da noite, às 8hs estava lá o mal informado destas coisas. Eu inventava todas as desculpas do mundo e saía mais cedo porque a coisa ia começar lá pelas 10, 10:30. Eu nem tinha roupa adequada. Eu tive de comprar umas roupas. Era uma época gostosa, boa, havia muita conversa sobre os Beatles, Jovem Guarda, Festivais da Música e algo sobre a política dos militares. O fato é que, lecionando terminei a faculdade de filosofia. Comparando o que eu ganharia na Avon e o que eu ganharia no Sacré- Coeur, não tinha dúvida: tinha de ir para o colégio. O salário era muito melhor. Mas a vida em SP era cara e nós queríamos sair daquela pensão, não dava para ficar lá. Não se podia receber ninguém exceto meus colegas.

Então, um colega do interior do Paraná ganhou uma herança, com a qual comprou uma casa na Av. Washington Luiz, um pouco depois do aeroporto de Congonhas. Era um bairro ótimo. Muito bom. Ele comprou a casa e falou: vocês me ajudam a pagar as prestações que restam, eu vou comprar um taxi e nós vamos morar junto. Aí nós mudamos pra lá e lá nós acolhemos um bando de gente perseguido pela ditadura, escondemos, arranjamos um jeito de eles irem para o Paraguai. Muita gente a gente ajudou. Era um risco para nós. Todos trabalhavam e fim de semana a gente ajudava a dirigir o taxi e com isso então eu fui me laicizando. Mas, para eu voltar para o séc. XX no lado emocional eu fiz 4 anos de psicoterapia. Porque do ponto de vista sócio cultural eu não tive problema nenhum. Eu não perdia bons filmes, bons teatros, não perdia encontros culturais, etc. Encontros de jovens e tal. Participava e orientava um grupo de JEC (Juventude Estudantil Católica). A gente discutia teatro. Mas do ponto de vista daquela história: “professor, traga sua namorada” continuou martelando. Aí veio aquela coisa do padre de que “você precisa fazer psicoterapia”. No último ano que eu estava no seminário eu comecei a fazer e era uma psicoterapia de grupo. Ele indicou o psicoterapeuta e eu fui. Ele era médico e psicoterapeuta.

Para vocês terem ideia, meu grupo era constituído: de mim Eu falei para mim mesmo: estou no meio da fauna! Sou um bicho dessa fauna! Eu era, certamente, outro exótico para os outros! E foi uma experiência fantástica. E aí a gente esquadrinhava o outro, A gente saía depois da sessão e ia tomar chope e comer batata frita ali em frente. Foi muito bom e foi o que me ajudou a fazer a ponte para um lado do mundo contemporâneo. Porque eu não tinha esta ponte. Se houvesse essa ponte ela era muito quebrada. Isso foi muito bom para a minha vida, foi uma experiência marcante.

Eu comecei a lecionar no Sacré- Coeur, eu preparava as aulas cuidadosamente, ficava até altas horas da noite, ficava preparando. Eu ia com as aulas... Podiam não ser boas, mas eram muito bem preparadas. As freiras foram renovando o meu contrato e eu lecionei lá de 68 a 78. 10 anos e estabeleci uma relação muito boa com as meninas que eram muito interessantes. Estes dias teve uma reunião e elas me convidaram. Aí eu escrevi para elas: Olha, nós vivíamos uma ditadura fora dos muros do colégio, mas conseguimos uma relação bem democrática dentro dos muros da escola.

Em 1971 eu fui chamado para a PUC de SP. Aí eu comecei a co-dividir o Sacre Coeur com a PUCSP. Na PUC eu tive uma das experiências do ponto de vista de interdisciplinaridade mais significativa que eu já tive na vida. Havia um ciclo na universidade chamado ciclo básico. E este ciclo era constituído de 4 professores que entravam na mesma sala com estudantes de todas as áreas. O primeiro semestre era um semestre geral. Embora alguém tivesse selecionado para o direito, ia se encontrar com gente de Letras, de Psicologia, de Pedagogia, de Ciências Sociais. Então nós trabalhávamos em equipe e inter- equipe. Minha equipe era de filosofia e teologia. Chamava-se Problemas Filosóficos e teológicos do Homem Contemporâneo. Quando nós terminamos as apostilas que a gente fazia, chegou num certo momento que falamos: vamos reunir isso e fazer um livro. Foi a acumulação originária do Cortez. Foi quando ele pode poupar alguma coisa. Hoje é esta potência. O título do livro: Homem Hoje. E o capítulo sobre educação fui eu que escrevi.

Cada professor da equipe de problemas filosóficos tinha que se com um colega da outras equipes, acertava de Ciências Sociais, de Psicologia e de Metodologia Científica. E os alunos eram avaliados pelos 4, nas 4 disciplinas conjuntamente. Isso foi uma coisa incrível do ponto de vista de didática, prática de ensino e a tal da interdisciplinaridade. Nós discutíamos, por exemplo, a Teoria da Dependência e a turma das Ciências Sociais discutia a Teoria do Imperialismo. Nós quebrávamos o pau. Os 4 professores tinham que ter textos que eram distribuídos para os alunos. Nós, por exemplo, defendíamos a Teoria da Dependência, Fernando Henrique Cardoso, Cepal. E a turma de Ciências Sociais era mais focada na Teoria do Imperialismo. A turma da Metodologia era skineriana e nós dizíamos: não! Nós queremos Rogers. Queremos a teoria rogeriana: Karl Rogers. Nós lemos Paulo Freire. A turma escolhia o autor por acreditar nele. Embora fosse ditadura, nós estávamos sob o abrigo de Dom Paulo Arns. Nós estávamos bem protegidos contra a turma da ditadura, embora eles tivessem invadido a PUC. Eu estava lá no dia da invasão. Uma coisa horrível.

O fato é que aí eu quis fazer então pós-graduação. Eu tinha me formado em Filosofia, as nossas aulas eram basicamente Filosofia com alguma coisa de Teologia. A gente trabalhava com dois autores. Nós trabalhávamos com o Emmanuel Mounier e Martin Buber. E ao mesmo tempo em algumas disciplinas nós trabalhamos também com religiões populares. Então aí entrou toda a questão do Candomblé, Umbanda, etc. Uma perspectiva bem antropológica. O respeito às diferenças. Aí eu fui procurar a USP e aí eu cheguei lá, não vou dizer qual professor:

- Você sabe latim?

- Sei.

- Você sabe grego?

- Sei.

- Você sabe francês?

- Sei.

- Você sabe alemão?

- Não.

- Pode ir embora. Como é que você vai ler Kant em alemão se você não sabe

alemão?

Aí, o quê que eu vou fazer? A PUC tinha acabado de abrir mestrado em filosofia da educação. É filosofia! É prá lá que eu vou! Eu já era professor lá! E aí eu comecei a fazer o curso. E o curso tinha como pano de fundo a fenomenologia. Os autores da fenomenologia. Li todos eles: Husserl, Merleau-Ponty, Buber. Quem nos propiciava outro modo de entender as coisas era o Dermeval Saviani, que tinha uma perspectiva, digamos já quase marxista. E eu me encantei com a área. Achei muito bom! Comecei a me interessar pelo tema. Foi sob esta perspectiva que eu acabei escrevendo no Homem Hoje o capítulo de educação. Foi quando eu tive contato com o Bourdieu Por meio dos textos, *As trocas simbólicas e a reprodução*. Então em 76, 77 eu conheci Bourdieu. Com ele e Saviani começo a aproximar do Marxismo que eu já havia estudado em História da Filosofia.

Aí eu tinha que escolher um objeto, não é? E eu já tinha entrado no mestrado com a perspectiva de estudar a década de 30 porque nas aulas com o Demerval eu fiquei muito encantado com a década de 30 e eu queria conhecer melhor os debates em torno da laicidade. Afinal eu vinha de uma formação religiosa. E disso nasceu a minha dissertação. Toda ela em fonte primária. Eu não deixei de trabalhar. Eu trabalhei o tempo todo. Fiz pesquisa histórica em fonte primária. Os dois principais lugares foram: 1 - ao lado da PUC, que foi o convento dos Dominicanos (havia lá uma bibliotecária maravilhosa que muito me ajudou), e ali tinha um professor de história do Brasil que lecionava na USP (Frei Oscar Lustosa). Então ele me passou: você tem que ler tal documento, tem que ler isso, tem que ler aquilo. E o outro lugar em que eu me enfunnei foi no IEB (Instituto de Estudos Brasileiros) da

USP, onde eu encontrei toda a coletânea dos anais da constituinte de 1933, os 21 volumes. Aí entram as questões da legislação. Pela primeira vez eu me defrontei com estas questões. Quis entender, a constituição, a legislação, lei. E foi aí que eu comecei a assuntar em torno disso.

Agora, quando eu terminei o mestrado, a defesa e tudo- já estava casado. Maria Zilda foi uma daquelas moças do Sacré- Coeur, mas eu só a namorei depois que ela se formou no ensino médio. O pai dela era médico de sindicato, um homem de esquerda e de larga experiência. A mãe de Maria Zilda tinha sido professora primária, aluna do Fernando de Azevedo (Fernandinho, como ela o chamava). Ficou interessada com a minha dissertação de mestrado, deu palpite e tal: não escreve assim não, o Fernandinho não era assim. Muito bom! Eu me casei em 1972. E Maria Zilda também seguiu caminho acadêmico. Nós nos apoiamos mutuamente.

Quando eu terminei o mestrado, Demerval em chamou, ele foi da banca. Aí ele falou:

- Ô Cury, nós vamos abrir o doutorado e é em agosto (*eu defendi em junho, dia de São João*).

- Demerval, mas eu? Eu fazer doutorado, Demerval?

- Claro! Você vai fazer doutorado!

- Mas eu não tenho nem objeto, nada.

- Não, de agora até agosto você produza, faça!

- Mas quem é que vai fazer parte deste grupo?

- Olha, o primeiro grupo nós vamos fazer quase por adesão porque como não existem muitos mestres em educação, nós estamos meio que convocando. Eu vou chamar quem já está comprometido: Luiz Antônio Cunha (*eu tinha acabado de ler Educação e Desenvolvimento Social*).

- Mas eu? Vou ficar com Luiz Antônio Cunha?

- É! Ele é moço, como você, da sua idade. É um cara legal!

- Quem mais?

- Guiomar. (Guiomar Namó de Melo)

- Puxa vida!

- Miriam. (Miriam Warde)

- Miriam era minha colega e eu sabia do rigor da Miriam. Uma pessoa com uma fundamentação fora do normal. Osmar Fávero, Neidson Rodrigues, Fernando de Almeida, Antônio Chizzotti, Paulo Nosella Bruno Pucci e Elizabete Oliveira.

- Meu Deus! Mas Demerval, para com isso.

- Faz um projeto e depois a gente vê,

- Você me orienta Demerval?

- Oriento.

- Então tá, então eu vou.

Aí constituiu-se este grupo no segundo semestre de 1977. Primeira turma do doutorado da PUC de SP. E eu fui aprendendo demais. A Miriam era uma marxista, o Luiz Antônio era marxista. Paulo Nozela era um gramsciano convicto. O Osmar Fávero vinha da teologia da libertação, Fernando de Almeida também. O Chizzotti também porque ele ainda era padre naquela época e a Bete Oliveira era marxista. A Guiomar estava se aprofundando no campo do liberalismo, marxismo e era dotada de vasta cultura literária. O Neidson tinha sido orientado pela Marilena Chauí sobre a obra de Saussure. Bom, no meio daquelas feras eu passei a estudar assim... Freneticamente. E de repente eu comecei a ver uma literatura que eu nunca tinha visto na vida. Eu tinha lido Marx enquanto história da educação, por obrigação. E o Demerval passou a dar curso de Gramsci. Foi para a Itália e trouxe um livro do Gramsci. E o Paulo Nosella já dominava o pensamento gramsciano. Então foi uma experiência fantástica. A Guiomar queria entender melhor o que era o

liberalismo, o liberalismo democrático, a questão da competência técnica, o ensino fundamental. O Luiz Antônio fazendo estudos sobre a história da universidade brasileira, o Osmar sobre o movimento de base, CNBB. O Chizzotti fazendo sobre os anais da constituinte de 1824.

O Livro de Snyders sobre Classe, Luta de classe e Escola abriu minha cabeça porque eu li e pensei: ah bom! Então a escola não só reproduz. Ela emancipa também! Eu fiz minha tese de doutorado em cima disso. No meio deste caminho, primeiro semestre de 78, o Luiz Antônio, que vinha para Belo Horizonte dar curso no programa de pós-graduação da UFMG, conversou com o professor Oder dos Santos. Este professor queria reforçar o programa da UFMG. Ai o Luiz Antônio chegou a mim e ao Neidson Rodrigues e perguntou:

- Vocês não querem ir para Belo Horizonte?
- Como, para Belo Horizonte?
- É uma proposta da UFMG para vocês. Querem reforçar o programa lá.
- Nem doutor eu sou!
- Eu também não sou doutor e eu dou curso lá. E oriento!

Naquela época o fato de você ser doutorando já possibilitava orientar.

- Bom, mas qual é a proposta?
- Ele vai encaminhar uma carta para vocês.

E o Oder encaminhou. Eu olhei a proposta e falei:

- Gente! Isso aqui é tudo o que eu quero na vida! Agora, sair de São Paulo? Com filhos, com tudo arranjado aqui, com o Colégio Sacré- Coeur, PUC, tudo relativamente perto, Maria Zilda terminando o mestrado! Vamos lá assuntar!

E nós viemos, ficamos um dia aqui e o Neidson e eu achamos a proposta muito boa e eu falei com o Oder:

- Eu vou vir, mas só por 6 meses. Eu preciso ver as condições. Eu não posso tirar dois filhos pequenos, minha mulher fazendo mestrado e lecionando. Como é que nós vamos fazer?

- Não! 6 meses não dá. Pense e depois a gente sela uma coisa mais ampla.

Aí nós voltamos em julho, o Neidson, a mulher do Neidson, Maria Zilda e eu. E aí, na viagem de ônibus, da Viação Cometa, o Neidson insistiu comigo e convenceu a Maria Zilda de que se a proposta fosse boa, nós tínhamos que dar um passo abraâmico. Do tipo “Larga tudo o que você tem na sua terra e venha pra cá, nem olhe para trás.” Aí nós chegamos aqui, fomos ver a universidade, conhecer os bairros e Maria Zilda falou:

- Ou nós viemos para cá ou nós ficamos em São Paulo. Essa história de 6 meses pra mim não dá.

- Depois eu me viro aqui. Então vamos!

E assim viemos para cá. Ela transferiu o mestrado e concluiu aqui. Na época era bem tranquilo. Ela mudou inclusive de objeto, fazendo um belo trabalho sobre Lima Barreto.

Então é isso. Agora, essa história da legislação ela nasceu na dissertação de mestrado. Eu fiquei com aquilo na cabeça. Aí ao longo do período eu fui percebendo que havia muitos estudos em torno da infra-estrutura, da fábrica, lutas de classe, na sociedade e ao longo da carreira eu fui percebendo que dois assuntos ficavam fora porque eram considerados assuntos burgueses: um era financiamento da educação e o outro era a legislação.

Eu pensei: “se eu fiz uma tese sobre contradição e se a escola pública ao mesmo tempo que reproduz também emancipa e se ela está debaixo de uma legislação, alguém tem de estudar estas coisas de uma forma mais sistemática. Então eu comecei a entrar por aí.

O campo que eu entendi que seria o campo próprio para esta discussão foi exatamente o campo do direito à educação.

**(E): Quando o professor assume este debate, pesquisa sobre o direito à educação, quem era o sujeito da educação? Qual era a sua concepção deste sujeito?**

**(R):** Num primeiro momento era aquilo que estava na pauta no final dos anos 70 e no começo dos anos 80: acesso. O acesso das pessoas que não tem acesso à escola pública. Então este foi o primeiro sujeito. A briga era pelo acesso. Aí eu comecei a pensar a questão do direito:

“Se a escola é gratuita e obrigatória, a questão da obrigatoriedade toca a questão da legislação. Quem é que obriga? Existe um estatuto aí legal, cogente, que obriga o pessoal a entrar na escola, mas ao mesmo tempo a gente vê a turma fora da escola”.

Então nós começamos a dar força a todas as propostas que significavam a ampliação de acesso. Para vocês terem uma ideia, o Fernando Henrique, via Guiomar, me convidou para compor assessoria dele nesta área. Mas eu já estava em Minas. Nós tivemos umas duas reuniões lá em SP. Não era um Plano Nacional de Educação, era um plano do MDB. Esse plano, na verdade, era calcado na ideia de acesso e acabou sendo assumido por vários caminhos. Não só por este grupo que o Fernando Henrique reuniu, mas também aqui em Minas pelo Tancredo, pelo Brizola no Rio, pelo Richa no Paraná, pelo Franco Montoro em SP. Então foram estes 4 governadores eleitos democraticamente que pegaram o mote do acesso à escola pública, especialmente o ensino fundamental.

Para vocês terem uma ideia, quando eu cheguei a Belo Horizonte em 1978, aqui havia 4 escolas públicas de segundo grau. A terceira capital do Brasil. Aí o Neidson Rodrigues mais o Otávio Elísio convenceram o Tancredo a ampliar não só o número de escolas do fundamental, como também do ensino médio. São Paulo não tinha propriamente este problema como em Minas Gerais. E aqui foi o Neidson e o Otávio que romperam com este tipo de coisa. Eles, junto com a Maria Lisboa foram os líderes do Congresso Mineiro de Educação. O Rio seguiu caminho próprio porque o Brizola chamou o Darcy e o Darcy com aquela força dele projetou os CIEPs. A Guiomar foi ser secretária de Educação da cidade de São Paulo com o Mário Covas.

Então, esta foi a primeira coisa, mas em que base você discute o acesso? Havia uma base de distribuição de renda, uma base das disparidades regionais, mas eu queria uma base que me sustentasse do ponto de vista legal e eu fui encontrar isso na noção de direito que já tinha sido trabalhada pelo Anísio Teixeira, mas não tinha sido reelaborada pros novos tempos.

**(E): A gente queria que você falasse um pouco sobre isso pensando na sua própria atuação enquanto um intelectual orgânico (como em Gramsci) que buscou não só a discussão do ponto de vista filosófico, do ponto de vista do direito, mas do ponto de vista social, do acesso como um direito e da educação como um bem público.**

**(Prof. Cury)** Então! Prá chegar nesta formulação, assinalo um artigo meu que é muito citado, inclusive lá no meu lattes no CNPq ele tem estrelinha. É um dos que eu considero mais importantes na minha produção. Chama-se *Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença*. Eu estudei muito para ter a noção que hoje, salvo melhor juízo, tenho do direito à educação. A primeira coisa que eu tive de estudar foi o liberalismo. E o grande espanto meu foi que mesmo os liberais clássicos, não os neo- liberais, os clássicos, eles defendem a presença do Estado, inclusive com obrigatoriedade, para a instrução primária. Eu fiquei pensando: tem alguma coisa aí, não é? Vou aprofundando, vou escarafunchando e o que realmente está em jogo é a noção de cidadania, mesmo sobre o liberalismo, ainda que nos primórdios do liberalismo isso tivesse a ver com o sistema fabril.

Como diz o Adam Smith, não dá para você colocar na fábrica um estúpido. Você precisa colocar alguém... E quem faz isso é a educação. A educação primária, aprender a ler, escrever, fazer contas e ampliar o universo do sujeito.

Bom, entretanto, era perceptível que para além do primário o ensino era algo das elites. Era propriedade das elites. Como entender isso, não é? E como entender a passagem de uma educação primária para uma perspectiva mais ampla de cidadania. Foi aí que eu fui estudar os movimentos sociais de esquerda. Queria saber o quê que eles propunham para a educação.

**(E): É interesse esse movimento porque é um movimento em várias outras regiões da América Latina e da Europa. Como é que os movimentos sociais... Aqui é um parêntesis, mas eu não posso deixar de falar. Como é que os movimentos sociais inspiram a escola. Ela vai lá buscar aquilo que ela não dá conta às vezes até de pensar, muito menos de fazer. Ela vai buscar nos movimentos sociais.**

**(Prof. Cury)** O que então põe o regime liberal em confronto com a democracia é a dinâmica dos movimentos sociais. É este movimento que faz com que haja uma aproximação entre o liberal e o democrático. Porque o liberal como tal, ele não tem no seu DNA a democracia. Como tal ele não tem, mas ele não é antagonico ao democrático. Como ele também não é antagonico a uma ditadura. Então esta aproximação é trazida via os movimentos sociais.

Aí eu fui estudar os partidos de esquerda e começo a perceber que eles começam a pressionar pela via do voto, ou seja, eu saio do direito civil para o direito político, que até então era reservado. As classes populares avançam no sentido de dizer várias coisas. A primeira coisa que elas dizem é: bom, nas guerras nacionais nós somos a infantaria. Se nós morremos pela pátria e somos os primeiros a morrer em guerra, porque que nós não podemos então ter direito a voto! Até então vigia a cidadania ativa como um privilégio dos proprietários e a cidadania passiva era dos denominados *dependentes*. Da turma que dependia do outro para receber salário. Então uma das coisas que provoca esta orientação para o voto é a briga pelo voto como direito político para todos.

**(E) Quando você coloca “vigia o direito dos proprietários de um lado e vigia o direito dos que não eram proprietários do outro”, esta é uma explicação marxista, pensando nas classes sociais?**

**(Prof. Cury)** Não. Esta é uma explicação liberal que vai até Kant. Kant faz uma distinção claríssima entre cidadania ativa e cidadania passiva. Ele diz: quem depende do outro não tem direito de voto. Eles têm todos os direitos civis. Eles podem expressar o culto, religião, mas a participação política não. São dependentes, dependem do outro. O Kant vai dizer: quem é que não pode ter acesso ao voto? Primeiro são os “anormais”; os trabalhadores, porque eles dependem do salário do patrão, os analfabetos, as mulheres, porque se solteiras dependem dos pais, se casadas dependem dos maridos. Então isso será rompido com os movimentos sociais em busca de democracia. E o primeiro passo democrático que eles querem é a universalização do voto. A quebra do voto censitário.

Aí eu comecei a entender a distinção, a oposição entre direito e privilégio. Se tem algo que é antagonico ao direito é o privilégio. Faz você voltar a tudo aquilo que precedeu a modernidade. Então tudo que nós chamamos hoje, que a gente considera hoje o direito à diferença, já estava antes, só que não tinha a âncora da igualdade. É isso que a modernidade traz. Não tinha o reconhecimento político que acaba se legitimando pela constituição. Você tem antes raça, sangue, tudo isso como coisas da nobreza. Você diz: bom, o sujeito é

católico então é superior ao protestante. O protestante vai dizer: sou protestante então sou superior ao católico. Sou branco, sou nobre, sou homem. E o interessante é que sem a âncora da igualdade, antes da radicalização da modernidade, tudo isso hoje nós vemos como algo abjeto, hoje nós estamos tendo uma recuperação disso, mas tendo passado pela âncora da igualdade. O que fazia com que isso fosse privilégio era a não existência do princípio da igualdade. Após a âncora da igualdade você diz assim: eu tenho que reconhecer então a diferença das mulheres, eu tenho que reconhecer a diferença dos negros e assim por diante.

**(E) Mas numa sociedade como a nossa hoje, uma sociedade transnacional, globalizada, de mercado, onde o neo-liberalismo é a grande âncora para a explicação e para a legitimação deste mundo, como é que ficam estes direitos?**

**(Prof. Cury)** Eles ficam da seguinte maneira: do ponto de vista das políticas é muito mais fácil você focalizar a diferença do que você ancorar-se na igualdade. Porque a âncora da igualdade, ela tem um recorte universal. Se você descola a diferença da igualdade o que você tem são políticas focalizadas. Então você quer discutir a escola pública brasileira e aquilo que vai bem e vai mal, aí de repente chega um grupo de gays. Aí eles dizem: olha, nós queremos isso. É justo isso? Obviamente que é justo, mas a desigualdade da escola brasileira só se remete às orientações sexuais? Não. Elas se remetem à desigualdade social. Quem defende o direito à diferença, ancorado na igualdade, realmente tem uma perspectiva progressista, sendo o oposto do que vigia na pré-modernidade em queo direito da diferença, sem a âncora da igualdade, é privilégio.

Do ponto de vista de dinheiro é muito mais fácil eu atender um universo de pessoas deficientes ou um universo de gays do que eu fazer a âncora mais ampla que está na igualdade, em choque com o princípio da igualdade.

**(E) Diante disso, o professor acredita ainda na universalização da educação como a grande âncora como direito de todos e a âncora para a formação e exercício da cidadania?**

**(Prof. Cury)** Então, foi o meu encontro com Bobbio (Norberto Bobbio), que me fez, de alguma forma, reacender do ponto de vista jurídico conceitual aquilo que eu trabalhei na minha tese de doutorado, a contradição. Então sim, eu te respondo sim. Por que, que outro caminho tem as classes populares para dominar o que os dominantes dominam para contestar sua dominação, no âmbito do conhecimento, que não a escola? Isso retira a possibilidade de outras formas de atuação? Não. É que a escola, na sociedade contemporânea, ela é talvez a última instituição permanente, sistêmica e sistemática de socialização. Nós perdemos a rua, as famílias cada vez mais rearranjadas e diminuídas, diminutas, perdemos as igrejas, os partidos nem precisa falar. Do ponto de vista institucional eu não retiro as ONGs, mas elas não são permanentes, sistêmicas e sistemáticas. Do ponto de vista institucional, onde é que as famílias, quaisquer elas sejam, monoparental, pluriparental, transparental, que saem para trabalhar para recompor a renda familiar, onde é que vai deixar a rapaziada? Na escola. Não tem outro espaço sistêmico, sistemático, formal, institucionalizado e permanente. Não tem.

**(E) Concordando integralmente com o que o professor coloca, como é que nós podemos compreender a deslegitimação desta instituição via a formação dos seus professores, as condições de trabalho, as condições salariais, a falta de escola bem equipada, de escolas atraentes. Como é que esta instituição se mantém com toda a sua grandeza e inteireza simbólica e material nesta sociedade?**



**(Prof. Cury)** Ela se mantém porque você não tem outro espaço que seja nestas dimensões institucionalizadas, sistêmica, sistemática e até obrigatória em todo o país. Qual outra instituição você tem? Posto de saúde! Não! É episódico. A ONG, você tem uma atuação inclusive com adulto, você não tem como formação de nova geração. Você não tem, certo? Partido político. Eu por exemplo, tive a igreja. Eu tive vários colegas que foram do partidão. Isso acabou. Hoje eu vejo os jovens e não vejo nada, senão as redes.

Então, você tem algo que é institucionalizado nacionalmente, obrigatório e você tem bem ou mal, em todos os municípios do Brasil. Segundo, hoje, com todas as deficiências que você aponta e que são reais, você não está inventando nada, há uma vontade das classes populares de prestigiar a escola como instituição. Podem até não ir lá participar, mas existe uma consciência hoje de que ela é importante.

**(E) Nós vivemos em uma sociedade em que a socialização não é mais exclusiva da escola. Nós vivemos em uma sociedade em que a busca pela informação não é mais exclusiva da escola, do livro didático, do atlas, do professor. Nós vivemos em uma sociedade em que principalmente a mídia, todo o aparato midiático é cada vez mais sedutor, acessível a todas as classes e age muitas vezes é um agente que pretende substituir outros espaços ou se colocar acima, de uma forma concorrencial, ganhar estes outros espaços de socialização.**

**(Prof. Cury)** Concordo perfeitamente!

**(E) Então, de que escola nós falamos, não apenas do ponto de vista legal, da obrigatoriedade, da institucionalidade. De que escola podemos falar nesta realidade?**

**(Prof. Cury)** Vou lhes dar um exemplo simples. Estes dias me perguntaram a respeito de meninos em sala de aula com telefone, tablete. “Ah! Nós temos que proibir!”. Eu falei: “Olha, vocês não tem de proibir nem de permitir. Vocês têm de negociar. Porque isto veio para ficar”. Inexorável. Ai a gente entra em outra perspectiva. O pensar a escola para o séc. XXI não pode ser somente aquele estabelecimento que Durkheim, saindo do mausoléu e voltando para Paris vai encontrar tudo diferente em Paris, menos as escolas. Ai você tem ao mesmo tempo a dignidade, o valor da escola, mas ao mesmo tempo a sua vetustez. Ou seja, em alguma medida esta escola durkheimiana, esta escola, digamos que até os anos 80 a gente defendeu, se ela quiser se legitimar, ela terá que ter outro tipo de diálogo com estas novas formas de informação e de comunicação. Não há outro jeito senão ela se tornará tendencialmente anacrônica. Eu acho que este é um grande desafio que nós temos para frente. Nós temos que dar conta de duas realidades que são se não opostas pelo menos muito diferentes. Nós temos escolas que ainda não chegaram à escola durkheimiana e, portanto, são bizarras e anacrônicas porque nem chegaram àquilo posto na “alegórica ressurreição de Durkheim” em Paris e só reconhece a escola. E ao mesmo tempo, nós não estamos dando conta de oferecer, a não ser em algumas escolas de privilegiados, uma escola que responda aos desafios da contemporaneidade com suas mídias e suas tecnologias da informação e da comunicação, de uma forma dialogal, interativa e crítica e não simplesmente de uma forma impositora.

Então a nova legitimidade da escola depende também de por onde você está fazendo a sua análise. Ai você teria que saturar sociologicamente o Brasil para ver onde ela ainda é anacrônica, bizarra, pré-moderna e onde ela é moderna, mas sem os requisitos de uma participação importante no âmbito do Séc. XXI. E sem esta consideração a escola vai tendencialmente tornar-se uma instituição anacrônica.

**(E) O senhor que tem sido aí um dos atores mais importantes do cenário educacional do país em termos não apenas da sua reflexão, enfim, da sua produção**

teórica sobre a educação no país, mas também enquanto ator de legislações, comissões, etc. Por onde passa, e aí pensando no direito à educação de qualidade, pensando na igualdade, na cidadania. Por onde passa a resolução ou a busca de solução para este emaranhado de questões que tornam a escola uma instituição à beira do anacronismo? O que é preciso ser feito? O diagnóstico é perfeito. Porque o que a gente observa é que as próprias políticas públicas voltadas para a educação até então, salvo melhor juízo, elas não conseguem responder mais efetivamente, mais rapidamente, mais concretamente a todos os impasses e desafios que este diagnóstico coloca. Sabemos que a educação hoje é uma questão complicada do ponto de vista global, transnacional, exceto algumas políticas em algumas regiões em que a educação não se tornou mera mercadoria e se mantém como uma instituição muito respeitada e que de fato contribui para o crescimento, para a qualidade, para a formação desses sujeitos, para a cidadania, nós não podemos nos escorar naquilo que globalmente também não dá certo.

**(Prof. Cury)** Não há um ponto único. Infelizmente nós não podemos dizer que se eu atacar este problema aqui eu vou resolver o resto. Nós temos vários pontos e eu vou tentar trazer alguns. Existe um que não é da escola, mas que está na escola. É a desigualdade social. A desigualdade social não nasce na escola. Ela existe fora, só que ela tem impacto NA escola. Então esta questão da diminuição da desigualdade ela é absolutamente crucial, mas ela envolve outras políticas, políticas mais amplas em que o atual governo vem se louvando muito na diminuição da desigualdade. Agora o Brasil saiu do universo da fome, da miséria. Mas é insuficiente. Nós continuamos ainda um país extremamente desigual. Os 10% mais ricos cresceram muito mais do que o crescimento que houve para a turma de baixo. Isso é crucial. Não tem jeito. Seja por uma saída socialista, seja por uma saída socialdemocrata este é o caminho. Não tem outro jeito. Chegar em uma sociedade minimamente socialdemocrata, no sentido original desta palavra. Por outro lado, os próprios dados estão mostrando que o que foi quase determinante para a questão da fome foi a merenda escolar. Colocam os filhos a comer na escola e libera o casal, diminui a despesa e eles passam a comer melhor. Salário mínimo subiu.

Agora, quando você passa para dentro da escola aí não tem um ponto, mas há alguns pontos que são absolutamente cruciais. Primeiro ponto é a formação inicial dos professores. A nossa formação é absolutamente anacrônica, bizarra. Ela não dialoga com o mundo contemporâneo. Então você forma um professor e quando ele vê tecnologia ele diz: “eu não sei de tecnologia. Isso é coisa dos meus filhos”. Como é que eu vou interagir em uma dimensão contemporânea se eu sou o primeiro, até por não ter tido uma formação adequada na formação inicial, a dizer que as uvas estão verdes?

**(E) Aí tem uma questão que eu acho que é mais grave. Na formação não se tem o conhecimento mínimo necessário. Não se tem a medida do impacto social, do impacto na socialização, sociabilidade, na educação que a tecnologia faz.**

**(Prof. Cury)** Como é que agora você vai enfrentar as tais das redes sociais? O que significa isso? Como é que você vai querer formar um professor (a PUC ainda forma em 4 anos), mas 85% da formação dos professores é em 2 anos e meio, muitos por educação à distância, não da boa educação à distância. Este é um ponto crucial. Só que você tem 3 milhões de professores hoje que estão em exercício. Como é que você os faz compartilhar da contemporaneidade? Bom, então formação contínua é absolutamente estratégica.

**(E) A formação não é uma questão das políticas públicas educacionais?**

**(Prof. Cury)** É. Claro que é. Então aqui entra outro ponto que é a questão federativa. Num país unitário, o que acontece? Vamos tomar o exemplo o Uruguai. O ministro da educação falou, todas as escolas seguem. Aqui você tem zonas cinzentas entre os estados, municípios e União e Distrito Federal. Você tem zonas cegas, além de ser um país de regiões desiguais. Então estas zonas cegas viram terra de ninguém. E quem está entrando nesta terra de ninguém são exatamente as instituições que estão fazendo da educação mercadoria. Virou negócio. Então esta é uma segunda questão que é a solução da questão federativa, quer dizer, o Brasil abdicou enquanto país, de pensar a educação de um ponto de vista nacional. Ficou tudo muito fluido, em relação à autonomia dos estados, autonomia dos municípios. Por medo de que uma orientação mais firme da parte da União venha a se tornar um émulo da ditadura todos se contraem a este respeito e não tem coragem de discutir uma orientação que seja comum, obrigatória para todos, respeitadas, obviamente todas as peculiaridades locais, regionais e até mesmo uma formulação individual. Soa como autoritarismo. Então você fala em um currículo unificado no Brasil vão falar que está voltando a Capanema. Os sistemas de avaliação são unificados, mas não são formativos.

**(E) Mas eles é que informam as políticas públicas, as medidas, o fomento.**

**(Prof. Cury)** Exatamente. Esta é uma questão que precisa ser resolvida. A avaliação veio para ficar. Tanto quanto as mídias, os tablets, etc. Vieram para ficar, agora, como é que você enfrenta isso? A avaliação é da saída para entrada. Ora, o processo formativo é da entrada para a saída e contínuo. Então este é o segundo ponto. Na falta de uma base nacional comum, comum para a avaliação de saída, a própria avaliação perde sua fidedignidade.

O terceiro ponto que eu vejo é com relação à carreira dos professores. Por mais que as pessoas queiram questionar, não dá para atrair pessoas sem uma carreira digna. Ora, como é que você pode ter uma carreira com razoável grau de atratividade com estes salários mínguos? Mas não basta você ter um bom salário. Precisa ter uma perspectiva, que é um plano de carreira. “Eu não vou ficar batendo pé aqui o resto da vida, eu tenho uma perspectiva de subir”. Então este é o terceiro ponto.

E finalmente nós temos que acertar, nestes 3 blocos, as expectativas dos chegantes à escola. Nesta trajetória que eu coloquei para vocês eu não tive problema em minha escolaridade. Embora não fôssemos ricos nós não éramos pobres. Então, a minha escola primária foi muito próxima daquilo que a escola transmitia. Havia uma interatividade entre aquilo que eu tinha em casa e aquilo que a escola me dava. Um jogava com o outro. A professora primária era nossa vizinha. Era uma profissional muito valorizada, de status. Pois bem, hoje você tem um novo perfil de aluno nas escolas para não dizer novíssimo e um novo perfil de professores. Se você não tiver uma política voltada para captação destas expectativas também o processo formativo vai ficar vazio ou pelo menos furado. Porque aí chega o novíssimo jovem, adolescente que agora está tendo oportunidade de ir para o ensino médio, por exemplo, e ele chega e diz: “bom, isso não preenche minhas expectativas”.

**(E) Em contrapartida, nós temos cada vez mais, as pesquisas revelam isso, números incontestáveis, outro sujeito que está nas licenciaturas e que estarão na sala de aula.**

**(Prof. Cury)** Sim. Que provém de um estrato social sem o capital cultural, simbólico. O que se pode fazer? Temos que caminhar no sentido de uma formação muito mais sólida e ampla do que aquela que temos hoje. Uma formação aligeirada não dá conta de

ter uma professora à altura dos desafios de hoje. Quem sabe com este novo Plano Nacional, se possa enfrentar com efetividade este desafio.

**(E) Vamos falar agora do Plano Nacional de Educação – o promulgado por Fernando Henrique – e, agora, o Plano da Dilma. Com a Lei nº 10.172, de janeiro de 2001, o Presidente Fernando Henrique Cardoso aprovou o Plano Nacional de Educação com duração de 10 anos, firmado pelo Brasil, na Conferência Nacional de Educação para Todos em 1990, em Jomtiem (Tailândia), na Conferência de Dacar em 2000 e na Reunião de Ministros da América Latina e do Caribe em 2001 e longamente negociado, com a Comissão de Educação do Senado Federal. Apesar de possuir bons diagnósticos, diretrizes, objetivos e metas, o Plano “vazou água”. A gente diria: “isso num vai entrar”, fracassou, não é? Porque, em sua opinião, o Plano fracassou? E agora nós temos já sancionado pela Dilma um novo Plano de Educação, que é a Lei nº 13.005, de junho de 2014, também com vigência por dez anos.**

**(Prof. Cury)** Bem, o Plano Nacional de Educação é uma exigência constitucional. O Fernando Henrique, quando inicia seu mandato, de alguma maneira deixou explicitado que o Plano Nacional de Educação deveria ser constituído após a elaboração da LDB e outras prioridades. Necessariamente isso não tem uma vinculação direta uma coisa com a outra. A LDB estruturalmente tem um vetor ligado à organização pedagógica, enquanto que o Plano Nacional de Educação não tem um vetor predominante que, de modo algum, venha a ser a organização pedagógica. O vetor dele é estrutura, infra-estrutura, metas, enfim, todas essas outras coisas que obviamente estão juntas, mas cada qual com seu vetor. De qualquer forma a expectativa era essa: aprova-se a LDB e depois faz-se o Plano. Esse tipo de coisa foi, de alguma maneira, percebido como sendo até prudente, dado que era uma lei de educação nova, LDB e tal. Mas, uma vez aprovada em 1996, tardava o Governo em enviar um projeto de PNE ao Congresso. Nisso, os educadores, sobretudo, ligados às entidades sindicais e algumas associações profissionais, entenderam que deveriam elaborar um Plano. E, encaminhá-lo, por meio de algum deputado, ao Congresso Nacional. Desta maneira, foram realizados os chamados CONED's – Congressos Nacionais de Educação, dois dos quais em Belo Horizonte e que reuniram não só algumas associações profissionais, mas muitas associações corporativas, inclusive movimentos sociais, como o MST e tal levada ao Congresso Nacional. Houve um grupo lá de deputados da esquerda que assumiu o Projeto e entrou legal e legitimamente com o Projeto. Isto fez com que o Governo saísse da sua letargia e se visse obrigado a enviar outra proposta. E essa proposta governamental não teve a participação que ocorreu com o PNE da sociedade civil. Eu estava no Conselho Nacional de Educação o qual foi consultado, mais a Comissão de Educação da Câmara, a Comissão de Educação do Senado, a UNDIME, o CONSEDE e Conselho Nacional é que propôs algumas audiências públicas, como era do nosso feitio. Nós não tínhamos a capacidade mobilizadora, como tem, por exemplo, o SINPRO, a SINDIUTE que tinham realmente tomado o protagonismo no Projeto da sociedade civil. Então, começaram a correr na Câmara, de novo, dois Projetos: um Projeto do Governo e um Projeto da sociedade civil. Mas, o nosso, da sociedade civil, tinha preferência, por quê? Porque ele entrou antes. Então, manobra do Governo foi encontrar uma forma de discussão cujos presidente e relator fossem da base governamental. E encontrou uma figura do PSDB, muito interessante, um gaúcho, já falecido, Nelson Marchezan. O Nelson Marchezan, por ser gaúcho, vir lá da fronteira, ele tinha lá suas raízes getulistas, brizolistas, para os quais a educação era uma coisa importante. Ele fez um esforço muito grande de costurar os dois Projetos. E ele, de fato, ouviu, ouviu muito. E entre as coisas que ele ouviu, percebeu foi que um Plano só se realiza quando ele preenche as condições necessárias para tal. Plano precisa ter objetivos, precisa ter metas,

precisa ter radiografia e precisa ter financiamento. Esses são os quatro pilares de um Plano. Precisa ter uma radiografia para saber onde eu estou. Estou aqui.

**(E) Você está falando de um diagnóstico?**

**(Prof. Cury)** Exato, a radiografia é um diagnóstico. Meta, onde eu quero chegar. Quais são os objetivos? Quais são os passos que eu tenho que dar? E eu tenho que ter recursos. Recursos humanos e recursos financeiros. A duras penas, o Nelson Marchezan conseguiu incluir no Plano que saiu do Congresso, num acerto entre um Plano e outro, obviamente com predominância do Governo. Ele tinha um diagnóstico muito bom, muito minucioso e metas razoáveis, metas de bom senso. Então, foi para a Casa Civil. A Casa Civil encaminhou para o Planejamento. Naquela época o Ministro do Planejamento era o Pedro Malan. Ele viu que tinha uma referência de financiamento de 7% relativa ao PIB. Então ele considerou que aquilo iria extrapolar todas as metas que o Governo tinha feito com o FMI. É preciso lembrar que nessa época nós estávamos comprometidos com o FMI. Então, tinha que se alcançar as metas do superávit primário. E aí ele leva o Plano ao Fernando Henrique e veta. E o Fernando Henrique sanciona a Lei com o veto em cima de tudo o que era financiamento.

**(E) Ou seja, que Plano é este cujos recursos são cortados na totalidade?**

**(Prof. Cury)** É evidente que ficou um Plano aleijado porque se nas nossas casas a gente tem, até pelo bom senso, tem um orçamento para um determinado número de pessoas e, de repente, você triplica as pessoas, como é que você faz se o montante do recurso é o mesmo? Então se de repente entram na sua casa oito pessoas pra ficar lá um mês, seu orçamento sendo para quatro obviamente não subsiste. Então, foi isso que aconteceu. O Plano ficou um Plano de Intenções. De fato ele fracassou. Mas, ainda é importante saber o seguinte: na medida em que a União vetou o financiamento, os Estados e Municípios se sentiram desobrigados. Se o *Gran Patron* simplesmente diz “eu não tenho dinheiro e virem-se com o que vocês têm”... O Plano também fracassou, do ponto de vista federativo. Não foi um Plano que só houve fracasso do ponto de vista daquilo que competia à União. Ele fracassou também do ponto de vista federativo.

**(E) Isso é muito importante, porque historicamente o Estado nunca tinha tido uma presença tão marcante na educação, exceto em alguns períodos aí, e, quer dizer, quando o Estado decide se responsabilizar politicamente pela educação você tem aí um fracasso retumbante.**

**(Prof. Cury)** Um fracasso retumbante. E o Nelson Marchezan ficou muito “passado” com isto já que ele se comprometeu com os 7% do PIB e que era um 7% para chegar em 2011. Pois bem, agora como é que ficou a coisa? O Lula toma posse com esse Plano em vigor. Ainda que aleijado, mas em vigor. Ele serviu para alguma coisa? Serviu para dizer “olha há uma expectativa com relação a isso, eu posso cobrar determinadas coisas que não implicam necessariamente em financiamento.” Então serviu pra alguma coisa como Carta de Intenções e como uma Lei aprovada pelo Congresso e sancionada com vetos. Pois bem, o Lula assume e só que em 2011 o Plano vencia porque ele é decenal. E aí vem de novo: vamos fazer, ou não vamos fazer? É um mandato constitucional. Não tem que discutir, está na Constituição, tem que fazer. É nessa circunstância que a natureza acabou sendo uma aliada incrível para o Governo Lula que é o pré sal. E ao mesmo tempo, nós conseguimos nos sair do FMI. E, obviamente, os oito anos do Governo Lula foram anos de “vacas gordas” do ponto de vista geral: emprego, o clima geral internacional, eles estavam muito mal lá fora, e

nós estávamos crescendo, então a gente aparecia, emergente, e tal, bolsa família, melhoria do salário mínimo. Todas essas coisas acabaram favorecendo um clima para que você construísse um novo Plano. Bom, como é que foi então a construção desse Plano? Ele foi feito da seguinte maneira: ele foi pensado de partir dos Municípios, depois para os Estados, depois para Brasília. Mas, tanto nos Municípios como nos Estados havia uma convocação da sociedade civil. Então, foram chamadas organizações não governamentais, associações de bairro, associação de pais e mestres, as escolas, os professores, enfim, houve uma grande mobilização de baixo pra cima. E, de fato, a Universidade não se empenhou muito, mas quem estava mais ligado às secretarias de educação, percebeu que houve uma mobilização muito grande. Uma mobilização bastante interessante, com propostas e que tinha uma primeira síntese no Congresso Municipal em vista do Plano Nacional de Educação. De lá se tiravam delegados que iam para Congresso Estadual do Plano Nacional de Educação. O Estado também fazia sua parte: chamava a sociedade civil, chamava as associações científicas, associações corporativas, etc. e pronto, fazia o Congresso Estadual. Minas não se destacou dos demais Estados, porque como aqui o partido era opositor ao Governo, quem assumiu fazer a Conferência, foi a UNDIME ou seja, os secretários municipais é que tomaram o protagonismo. Aqui foram também eleitos os delegados e aí chega-se a fevereiro de 2011 à CONAE. Então tem a Conferência Nacional de Educação que estava no Plano anterior como obrigatória. Então, ela já estava no Plano anterior. Quer no Plano anterior, quer no estilo Lula de governar, a coisa seguiu e aí houve uma grande reunião em Brasília em que dois assuntos foram assim candentes, ou três. O primeiro assunto candente foi a questão do financiamento. Foi aí que começou a história dos 10% do PIB. Já se falava em pré sal e todo mundo achava que ali seria uma mina sem fim e que dali sairiam aluviões de recursos para educação, para saúde, pra tudo. Pois bem, com relação aos 10%, o Governo Federal sempre trabalhou com o freio na mão. Porque hoje, 4,8 para você passar para 10%, mesmo que seja em dez anos, é dinheiro que vocês não fazem ideia. A segunda coisa era se o Plano iria ou não iria propor um marco regulatório para iniciativa privada na educação. A iniciativa privada tem a autorização de funcionamento. É legal, está na Constituição e ninguém mexe com isso. Mas seria, na *modus operandi*, uma forma de criar mecanismos mais rígidos de autorização, sobretudo, do ensino superior.

**(E) Pois é, neste caso, a iniciativa privada, pra gente entender bem, ela também está sob a guarda do Plano Nacional de Educação?**

**(Prof. Cury)** Sim e eles levaram delegados e levaram propostas sim na CONAE 2010. Ao final, elaboraram uma moção na qual protestaram contra o pouco espaço que tiveram. E o terceiro assunto foi o Sistema Nacional de Educação. Mas, esse ocupou mais um grupo mais acadêmico, mais intelectualizado. Não foi um assunto que a gente diz que “mordeu”. Na verdade o que “mordeu” foi a questão dos 10% do PIB. Isso é que “mordeu”.

**(E) Mas, o presidente Lula aprovou sem vetos?**

**(Prof. Cury)** Com estas contribuições, com todo esse movimento, o MEC se viu obrigado a fazer um Projeto de PNE do qual fizessem parte as demandas da CONAE. Este projeto, o PL n. 8.035/2010 foi enviado para o Congresso Nacional pelo presidente Lula. Aí a Dilma toma posse. Então, a processualística é a mesma. Começam a vir as discussões, sobretudo em torno desses dois assuntos que passam a ocupar grandemente a pauta das discussões e das emendas. Chega-se ao absurdo de ter havido mais de 10.000 emendas. Loucura! Alguns outros assuntos ocuparam a pauta: a questão da diferença que foi muito discutida. Teve muita coisa ligada ao grupo LGBT; teve a questão da escritura e gênero: se ia escrever *das professoras e dos professores*, ou se ia escrever só o genérico *dos professores*...

Também isso andou emperrando um cadinho e a questão do financiamento tinha duas orientações. A primeira era dos 10% do PIB e segundo, se esses 10% do PIB seriam só para as escolas públicas, isto é, para educação pública, ou como queriam muitos outros, a iniciativa privada, o próprio Governo Federal, para a educação, retirando o adjetivo “público”. Pois bem, a proposta era, inicialmente, de 7% do PIB no primeiro quinquênio, chegando a 8% no segundo quinquênio. Mas, aí houve toda uma mobilização, sobretudo do pessoal ligado à educação básica, no sentido de honrar os 10%. Foram feitos estudos de financiamento para mostrar que com 7% nós atenderíamos perfeitamente o acesso, na medida em que a obrigatoriedade tinha, já por mandato constitucional, alargado para esquerda como a educação infantil e alargado para direita com o ensino médio, ou seja, dos quatro aos dezessete anos. Então, a questão do acesso estaria garantida com os 7%. Mas, a questão da qualidade que é o grande “x” da questão? Foram feitos estudos muito detalhados, tomando como referência as boas escolas privadas. O que as escolas privadas têm, afora o salário dos professores, que fazem com que elas saiam bem no IDEB, no ENEM, no ENADE. Foi feito um trabalho muito minucioso: número de salas, número de carteiras, carteiras adaptadas ou carteiras não adaptadas. Uma coisa é você botar um moleção do ensino médio numa cadeira de educação infantil, outra coisa e vice-versa. Então, fala-se em adaptabilidade não é só com os cadeirantes, mas é também dos diferentes recursos da inclusão. Então, foram feitos esses estudos minuciosos. O salário ficou à parte. Mas, ele entra, mas o que quis foi ver mais a questão da infra-estrutura, do tempo dedicado, etc., etc., etc. Em função disso, criou-se uma figura que está na LDB e que passou a ser exigida no Plano Nacional de Educação que é o custo aluno-qualidade-inicial – CAQI. E o que está também na LDB que é o custo-aluno-qualidade - CAQ. São duas coisas distintas, embora uma tenha a ver com a outra. Custo aluno-qualidade inicial – CAQI - qual é o patamar mínimo para se ter qualidade? E depois pra gente chegar ao CAQ – custo-aluno-qualidade? Em função disto é que se tem a briga pelos 10%. Porque os 7% o Governo garantiu e o pré-sal viabilizaria. Os estudos do Governo mostraram que, apertando a cintura, poderia chegar até 8%. Mas, esses 2% do PIB que são muito dinheiro, donde vai sair? Isso ainda está em aberto. Mesmo sendo posto no Plano.

**(E)** Em que circunstâncias a condição salarial do professor foi debatida, foi considerada ou não foi considerada, porque a gente sabe que ao falar em qualidade de educação seria enganoso e inócuo não trazer pra esse debate e para estes recursos uma condição salarial, enfim, mínima para este professor.

**(Prof. Cury)** Entrou logo e duplamente. Ele entra no corpo da Lei e, depois, ele entra nas metas e estratégias. No corpo da Lei está dito claramente que em 4 ou 6 anos (agora não me lembro) os professores deverão ter um salário equivalente às pessoas de igual formação.

### **(E)O quê que significa isso em valores?**

**(Prof. Cury)** R\$ 4000,000 (4 mil reais) Você um pega um professor e aí você pega, por exemplo, um advogado em princípio de carreira, um engenheiro em princípio de carreira. Os médicos ficam fora. Então, você tem engenheiro, advogado, você tem administrador, economista em princípio de carreira.

### **(E)Esse seria o salário base?**

**(Prof. Cury)** Seria o piso. Em quatro anos o professor terá que se equiparar a estes outros profissionais. E tem depois nas metas e estratégias uma meta reservada para isso: a questão do salário.

**(E) Mas, a gente sabe das grandes dificuldades de se cumprir o piso salarial. As greves seriam um exemplo. A greve lá de 105 dias e não tão distante assim mostrou isso e uma das grandes reivindicações era o cumprimento desta meta, não é?**

**(Prof. Cury)** É uma situação muito complexa, por quê? Porque existe o artigo 24 da Constituição que tem lá quatro parágrafos. Ele trata das relações das leis de caráter federativo e das leis que incidem sobre as leis estaduais, entendeu? Então, o quê que aconteceu? O piso caiu em Estados que tinham carreiras absolutamente díspares entre si. Não quer dizer que elas fossem ruins. De modo geral são ruins. Mas, muito díspares. E, nestas carreiras aparecem os famosos “penduricalhos”. Então, houve dois problemas. Houve um problema que é de uma complexidade jurídica que é ligado a esses quatro parágrafos do artigo 24. Tudo o que é recebido, é recebido segundo a forma do recipiente. Aí você tem situações absolutamente díspares. O que é piso? Então primeiro teve uma discussão conceitual. Se servidor tem piso salarial, ou se ele tem um piso de ordenado, ou se ele tem um piso de vencimento, se ele tem um piso de subsídio, como era no Império.

### **(E) Uma discussão semântica!**

**(Prof. Cury)** Teve uma grande discussão semântica porque o salário é ligado ao sistema contratual de mercado e, o que é o dinheiro mensal que o servidor público recebe? É um problema muito discutido em torno da figura do servidor público: ele recebe salário, ou não? Então teve essa discussão. Mas, o mais grave é que caiu em cima de determinadas coisas os chamados “penduricalhos”. Então, muitos planos de carreira guarneciam esses “penduricalhos”. Então, muitas associações corporativas queriam o piso, o terço do planejamento e não queriam abrir mão dos “penduricalhos”. Então, isso deu esse “fuzuê” danado aí e tal e realmente foi muito difícil. Por exemplo, eu vi as contas do Rio Grande do Sul. Curiosamente o Governador de lá, quando Ministro, foi quem encaminhou a Lei do piso e ele verbaliza claramente que, com o atual plano de carreira do Rio Grande do Sul, não há condição de aplicar o piso, por conta de uma carreira tal como ele havia recebido dos Governos anteriores, cheio de “penduricalhos”. E aí como os sindicatos desconfiam, por um passado de omissão, não sem razão, eles dizem: “não, nós não vamos abrir mão disso aqui não”. Aqui a discussão foi em torno realmente do conceitual. Se é o salário anterior, ou se é a figura do subsídio. Foi a discussão aqui em Minas.

O atual Plano tem uma grande novidade que está no artigo 7º que é o seguinte: a nossa Constituição prevê, para educação e para a saúde, o regime de colaboração. Mas, isso nunca foi adiante como política. Foi adiante como Programa. Você tem um Programa do tipo PAR – o Plano de Ações Articuladas - que é um Programa de colaboração recíproca entre a União e os Municípios, muito bom, de modo geral que funciona, mas é um Programa. Se amanhã ganhar Marina ou Aécio, pode não dar continuidade. O atual Plano agora é Lei, ele estabelece e dispõe sobre uma Mesa de pactuação, de colaboração, de negociação para resolver essas questões. Uma Mesa Interfederativa. Em seguida, propõe uma Mesa de pactuação e negociação dentro de cada Estado com os seus Municípios. Claro que a pergunta aqui é: quem e como? Quem vai participar desta Mesa e como vai participar? Provavelmente será objeto de proposições na CONAE. Curioso é que as pessoas até agora que estão falando do Plano falam muito mais dos 10% do que esta novidade, porque isso é absolutamente novo. É o que pode fazer o Plano funcionar. A obrigatoriedade uma Mesa de negociação. Pode fazer funcionar várias coisas: o currículo nacional, o piso. Porque aí numa mesa dessas você chama o sindicato e diz: “Agora o negócio é o seguinte: vocês vão passar a ganhar em 4 anos R\$4.000,00, mas chega de “penduricalho”. Outra coisa, essa Mesa de negociação vai dizer o seguinte: o dinheiro da merenda, será que tem que ser o mesmo para



todos os Municípios do Brasil ou será diferente, consoante a realidade fiscal e social do município? E assim, outros pontos como transporte, livro didático etc.

**(E) E a fiscalização?**

**(Prof. Cury)** Isso tem um artigo próprio do monitoramento. Mas, ele está bem montado. É uma oportunidade assim de ouro que nós temos na mão.

**(E) Essa oportunidade não está sendo percebida pela dimensão dela, não só da novidade, mas pra assegurar a própria eficácia do Plano. Mas, nós temos um dado aí que é o seguinte: quando você olha para o Plano e te ouvindo, nós estamos enxergando muito mais a educação pública do que a educação privada num país em que o número de matrículas na educação privada é superior aos das públicas, no ensino superior.**

**(Prof. Cury)** No ensino superior, mas não podemos desconsiderar o avanço da privatização da educação e com base em relações puramente mercadológicas. A gente sabe de grandes grupos internacionais presentes no ensino superior. Como é que fica isso nessa Mesa Interfederativa? Qual é o lugar da educação privatizada, porque esta mesa no fundo vai ser um jogo de forças, relações de disputa de interesses e etc. Como é que fica isso? Como é que fica essa relação?

**Prof. Cury:** Há uma Mesa de caráter nacional interfederativo e depois há uma em cada Estado com seus Municípios. O que a Sandra está perguntando tem a ver com essa distinção de nível. Porque até agora eu estive situando muito a educação básica. Sua pergunta tem muito mais a ver com o ensino superior. De fato, o Plano Nacional é predominantemente voltado para a educação pública. A primeira coisa relativa ao ensino superior é a aquela manutenção dos 40% do ensino público superior. Chegar a 40% do ensino superior público, gratuito. Isto está no Plano. Quer dizer, essa atual 75% do ensino privado x25% do público tem que ser revertida, isso é uma meta do Plano, é lei, tem que ser cumprida. A segunda coisa é que ali se diz claramente do repensamento do sistema de regulamentação. Mas, não se diz como. Mas, está lá repensar a regulamentação do sistema privado, que é um problema grande na medida em que, hoje, as instituições superiores privadas sob forma de oligopólios estão ligadas a bolsas de valores e a fundos de investimento., Nesse sentido, o que as torna vulneráveis, é menos um Plano e mais se houver crescimento do segmento público ou se houver uma diminuição significativa das matrículas. Diga-se, a bem da verdade, a Constituição de 88 reconheceu, pela primeira vez, a possibilidade de haver claramente, legalmente, o ensino superior público privado de caráter lucrativo.

**(E) Vamos falar da pós- graduação e do mestrado profissional que foi normatizado em 2009. Nós sabemos que, no caso da pós em educação, especificamente, houve uma resistência muito grande e tentou-se até o final barrar o mestrado profissional na área de educação. Como é que o senhor vê isso em termos, inclusive, de uma perspectiva que começa já a ser materializada que são os doutorados profissionalizantes também? Que relação é essa? O que é essa necessidade de formar profissionais técnicos com uma formação mais voltada, dirigida para as necessidades do mercado, que aparentemente seriam contrárias à formação do pesquisador, do pensador na pós-graduação acadêmica?**

**(Prof. Cury)** Eu tenho uma posição pessoal a respeito. Minha posição sempre foi e é a posição que eu queria vê-la posta na CAPES quando lá eu a dirigi como presidente. É o

seguinte: mestrado e ponto final. Dois pontos, aí o subtítulo. Porque eu digo isso? Acadêmico e/ou profissional? Ora, o mestrado profissional é não acadêmico? E o mestrado acadêmico é não profissional? Isso eu levei para o CTC como um assunto próprio de filósofo. Ora, eu, dentro de um Programa Acadêmico, seja na UFMG, ou seja, aqui, eu me sinto um profissional, eu sou um profissional. Nem por ser acadêmico, eu deixei de ser profissional. E o fato de ser profissional não significa que deixa de ser acadêmico. Mas, acho que a resistência da área não passava muito por aí. Alguém que vai fazer, por exemplo, um estudo sobre livro didático, perfeitamente poderá propor um livro novo! Uma proposição concreta. E quantos dos nossos alunos já fizeram coisas similares e saíram com um diploma de acadêmicos.

### **(E) Não faz sentido essa distinção?**

**(Prof. Cury):** Pra mim não faz sentido essa distinção. Ficou muito reforçado na minha cabeça quando eu fui Presidente da CAPES e fui visitar o Hospital Sarah em Brasília. O Sarah tinha lá um mestrado profissional voltado para as pessoas com deficiência. Sobretudo, cadeirante, de mobilidade física. E aí eu vi toda a proposta pedagógica do Sarah. Era uma proposta que tinha uma fundamentação teórica, uma fundamentação clínica, mas que chegava na ponta criando produtos com base em pesquisas. Prateleiras para pessoas com mobilidade reduzida, cadeiras que faziam com que um tetraplégico pudesse se movimentar. Cadeiras para que um paraplégico pudesse alcançar alguma coisa. Fora outros aparelhos sofisticados. A questão era o seguinte: não era um mestrado acadêmico, mas estava trazendo avanços relativos às pessoas com deficiência... E então, eu acho que a área colocou como horizonte do mestrado profissional que ele seria de segunda classe. Então, ele seria teoricamente frágil. Ele seria metodologicamente lacunoso e ele seria uma espécie de mestrado aligeirado. Eu insisti muito nas reuniões no FORPRED que nós tínhamos que estabelecer as condições. Nós tínhamos que aceitar o mestrado profissional, apesar da minha discussão acadêmica relativa a esse adjetivo. Nós tínhamos que aceitar e impor nossas condições: para que o mestrado profissional seja aceito ele vai precisar ter tais e tais condições. Na medida em que a área resistiu e resistiu, o que aconteceu? Determinados Programas que tinham uma proposta interessante e tinham demandas de gente das secretarias municipais de educação, resolveram abrir.

**(E) Como o caso da Faculdade de Educação da UFMG que estabeleceu convênio com o Estado criou um mestrado profissional para os professores da Rede Estadual.**

**(Prof. Cury):** É isso.

**(E) E sobre sua passagem pela direção da CAPES: esta foi uma questão espinhosa apenas para a área de educação ou para outras áreas também?**

**(Prof. Cury)** Não, ela foi muito espinhosa na área do Direito. Até hoje a área do Direito é resistente. É mais resistente que a área da educação. E é uma área justamente que tem um campo profissional fantástico. O que nós queríamos era estabelecer regras. É aquela história: o fogo está chegando perto da minha casa, o que é que eu faço? Eu vou meter fogo em torno da minha casa, porque na hora que o fogo chegar aqui, não tem condição de pegar fogo em mais nada. Eu vou estabelecer aqui um cercadinho e dizer tudo bem, mas precisa disso e disso.

**(E) Outra questão relativa também a pós-graduação e envolvendo esse debate do mestrado profissional, há uma insatisfação e há também uma interpeleção muito forte ao sistema de avaliação da pós-graduação que arbitra aí**

**um resultado que, na verdade, fazem do pesquisador, e isso deve ser igual para o mestrado profissional não é, um feitor de artigos, um feitor de pesquisas, um feitor de publicações e que me parece um modo de pensar a avaliação desse profissional muito semelhante ao modo de avaliação de um operário na fábrica. De um executivo da Nestlé de quem exige número “x” de vendas, certo fordismo. Como o senhor vê essa situação?**

**(Prof. Cury)** Primeiramente a gente precisa ver donde parte isso. Isso não é uma imposição do FMI, do Banco Mundial, não tem nada a ver com esse tipo de coisa. Acontece sim é que há determinadas áreas que são muito internacionalizadas. E essas áreas são a física, a química e a biologia. Estas três principalmente. E estas três áreas detêm a hegemonia dentro do CTC da CAPES. E essas áreas é que estabelecem o padrão. Então, enquanto isto não for discutido, enquanto o que está no Plano Nacional de Pós Graduação, ou seja, que se leve em consideração a diferença constitutiva das epistemologias, nós vamos ficar com esse padrão. Uma das decorrências é, por exemplo, o livro. Para tais áreas, ele vale muito pouco ou nada. Congresso internacional vale se você for apresentar um *paper* em inglês e do qual decorra uma publicação em uma revista qualificada. O vale para publicação em anais. O importante é se você vai entrar numa revista internacional que publique em inglês. Então, a gente costuma dizer que essa hegemonia é a hegemonia do inglês. E daí é que começou a se ver na nossa área, com grande aceitação, sem dúvida nenhuma, *abstract* em inglês, e as *key words* em inglês. Nunca houve contestação a este respeito de forma nenhuma. Mas, a discussão sobre livro e capítulo de livro é sempre uma discussão em que se tem uma sombra sobre a área. Até porque se diz o seguinte: hoje você pode chegar com cinco, em dez mil reais em uma gráfica e você banca a publicação. É óbvio que a área de educação se esmerou por ser até mais católica do que o Papa em relação à classificação dos livros. Agora, eu acho Sandra, passando por um ponto mais amplo, eu acho que nós estamos já no “publique ou morra” “*publish or perish*”. Eu acho que nós estamos nisso e que isto tem uma necessidade muito grande de ser repensada.

**(E) E com consequências graves para o nosso trabalho, nossas pesquisas.**

**(Prof. Cury)** Nós perdemos o Hermas (Prof. Hermas Arana que integrou por 02 anos o quadro decente do PPG- Educação da PUC- Minas) por exemplo que a cada 5 anos produzia um livro de excelente qualidade. Um professor magnífico. Nós não pudemos mantê-lo porque ele não publicava artigos em periódicos. Isso poderia ser uma falha dele. Mas ele tinha livros, de boa qualidade.

**(Prof. Cury)** Ah, uma coisa que eu preciso voltar. Eu sou absolutamente contra um doutorado profissional. Porque o doutorado é a formação do pesquisador mesmo.

**(E) No que tange a Meta II, o texto enviado pelo MEC determinava “duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% de gratuidade na expansão de vagas”. O texto legal determina “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% de gratuidade na expansão de vagas” desdobradas em quatorze estratégias. Houve um avanço, mas tímido do ponto de vista da Rede Federal, tendo em vista que a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 preconiza que a prevalência de oferta de vagas para os cursos técnicos de nível médio deverá ser de 50%, percentual que já demandava, à época, a elevação de atendimento escolar com ampliação e qualificação dos profissionais e da rede física. Agora, em 2014, a elaboração de um plano de carreira docente consistente seria um entrave ao**

## **cumprimento da meta II?**

**(Prof. Cury)** Eu acho a meta II dentro da sua pergunta tem que ser desdobrada. Uma coisa é a meta II. Esse 50% se referem basicamente a um acerto entre os sistemas públicos oferecendo, e não só o sistema federal. E aí entrou a questão da gratuidade que se associa aos 66,6% do acerto que foi feito com o Sistema "S". Então, tem que ser visto primeiro assim: a meta se refere ao conjunto da educação profissional. Neste conjunto da educação profissional entra um segmento público que é recessivo que é o Sistema Estadual. Quem está garantindo a educação profissional hoje no Brasil de modo predominante é o sistema federal mais o Sistema "S", enquanto os Sistemas Estaduais são recessivos a esse respeito. Isso tem a ver com o papel dos Estados na oferta da educação profissional. É isso que a meta quer atingir que os estados se comprometam. Esse é o primeiro desdobramento. Mas, a noção de gratuidade vai além da noção de gratuidade no segmento público, devido ao acerto com o Sistema "S" de que os o Sistema "S" tem que dar 66,6% de suas vagas sob a forma de gratuidade. E aqui entra o quê? Você, melhor do que eu há de saber, entra o PRONATEC que é a menina os olhos do Governo atual, porque a crítica que veio sendo feita, a meu ver com procedência, com relação à bolsa família, é que ela era uma porta de entrada e que não tinha uma porta de saída. E para o Governo atual, o PRONATEC é a porta de saída. Acontece o seguinte: o Governo Federal não tem condição de ampliar muito a sua Rede. É uma Rede cara, uma rede boa, que tem plano de carreira, os salários são bons, a pessoa pode fazer mestrado, doutorado, tem toda uma estrutura. São Paulo tem o Sistema "Paula Souza", mas ele é recessivo. É uma Rede pequena. Então, aqui é que entrou a discussão dos 10% do PIB. O Governo Federal estava com o freio na mão. Ele topava até 8%. Pra chegar a 10% teve que ter negociação. Qual foi a negociação? Pode-se chegar a 10% mas será preciso abrir algumas torneirinhas dos 10%: para o FIES, para o PROUNI, para o PRONATEC e para as creches conveniadas, embora especificamente em relação às redes conveniadas das creches está dito que os Estados e os Municípios devem se esforçar para criar e ampliar a sua própria Rede, para que as instituições sob convênios voltem a ser exclusivamente privadas sem fins lucrativos. Então o convênio tem um tempo. Mas, de toda forma a torneirinha continua. Imagine Belo Horizonte, por exemplo, se passassem os de 10% só para a educação pública e se fechasse as torneiras para as creches conveniadas... Vocês imaginem a revolta que aconteceria, especialmente das mães de família. A questão que você levanta é uma questão interna à Rede Federal e é claro que me espanta essa questão de carreira. Como é que não tem carreira? Tem carreira nos Institutos Federais ou eu não entendi a pergunta.

**(E) Sim, mas tem que ver se dá pra atender os 50%.**

**(Prof. Cury)** Ah não! Por isso é que eu digo que isso é uma questão interna da Rede Federal.

**(E) Já finalizando a nossa conversa professor, no dia 4 de setembro deste ano de 2014, o senhor foi designado pelo Ministro da Educação para compor o Conselho Superior da CAPES. Volto a CAPES. Um órgão colegiado, deliberativo ao qual compete, entre outras coisas, apreciar a proposta do Plano Nacional de Pós Graduação. Que disposições subsidiarão sua contribuição no que tange o processo de definição de critérios, não só de avaliação, mas como também de abertura dos cursos de Pós Graduação no Brasil e dentre estes, os cursos profissionalizantes?**

**(Prof. Cury)** A presença no Conselho Superior da CAPES, entre outras coisas,

inclui acompanhamento, monitoração do Plano Nacional de Pós Graduação, mas é também de estabelecer grandes diretrizes, além de alguma coisa ligada a “feijão com arroz” do dia a dia agência. A próxima reunião em que eu vou tomar posse já tem assunto desta natureza.

**(E) O que seria esse “feijão com arroz”?**

**(Prof. Cury)** Por exemplo, Direito, Serviço Social, Economia e Educação não tiveram os nomes dos indicados pela comunidade e imediatamente sancionados pela presidência da CAPES para as Coordenações de Área. Quem vai substituir a Clarilza? (Clarilza Prado Souza, atual coordenadora) Então, para essas quatro áreas os nomes não foram imediatamente sancionados. Então, o Presidente da CAPES não querendo ele então assumir sozinho a indicação de alguém dos indicados, avocou o Conselho Superior para tal.

**(E) Uma sabatina?**

**(Prof. Cury)** É uma espécie de oitiva, ok! Uma pequena sabatina. Então, as áreas apresentaram uma lista de nomes da qual o Conselho Superior deve elaborar uma lista tríplice. Os indicados foram solicitados a apresentar uma proposta de trabalho, como coordenadores, sobre o que eles pretendem fazer para melhorar a área.

**(E) E cria uma situação crítica. Na verdade você estará conversando com os pares, não é?**

**(Prof. Cury):** Exatamente. Enquanto o Jorge (Jorge Almeida, presidentes da CAPES) não nomeou nenhum dos quatro, tudo bem porque ele jogou pro Conselho Superior. Agora, se o Conselho Superior diz que nenhum desses quatro é adequado e lá tem gente boa então, é complicado. Isso é o “feijão com arroz”. Agora, com relação ao PNPG. Existe um movimento, Sandra, que é o seguinte: a questão da titulação está ficando muito, muito, muito premente. As instituições estão procurando elas mesmas abrir seus próprios cursos. Por exemplo, quando eu era coordenador da área, eu avaliava mestrado e doutorado, 33 Programas. Hoje são 158. Da área de Educação.

**(E) Isso num período de quantos anos?**

**(Prof. Cury)** Que sejam 14 anos. Cinco vezes mais. Então, está havendo uma busca. Essa busca agora tem sido redirecionada para o mestrado profissional. Ele está crescendo. Aí eu acho que é competência do Conselho Superior levantar o sinal amarelo. É realmente válida a crítica feita pela área de que está se tratando de um aligeiramento? Ou será que são Programas que, de fato, não preenchem condições exigidas?

**(E) Sabemos que há muito tempo a CAPES olha com muito bons olhos para a criação dos mestrados profissionalizantes. O sistema de avaliação é unificado, então os mestrados profissionalizantes, como os acadêmicos têm que atender da mesma forma todos os critérios de avaliação. Se você tem aí um crescimento e uma tendência de continuidade desse crescimento, os critérios colocados no sistema de avaliação, eles de repente não terão que se adequar à especificidade do mestrado profissional?**

**(Prof. Cury)** É claro que alguma coisa tem que haver de adequação, porque um é acadêmico e outro é profissional. Então, essa diferença tem que ser levada em consideração. Então, por exemplo, o mestrado profissional de ensino gera produtos, uma

característica que seria, na paralela das ciências duras, o similar do *royalties ou patentes*. Na física, na química, na biologia, na farmácia, etc., nós geramos coisas novas e nós vamos lá e pela propriedade intelectual e industrial, a gente registra, patenteia e criamos uma patente, isso gera *royalties* e todo esse tipo de coisa. É válido? É lógico que é válido. Quando eu era pró-reitor de pesquisa da UFMG, pela primeira vez, o prof. Evando Mirra trouxe todo o pessoal do INPI lá para falar para os docentes pesquisadores da importância da propriedade intelectual. Muita publicação de avanços originais, por não serem patenteados, eram simplesmente apropriados por outros países. Aí, a UFMG, sobretudo na área das ciências duras, acordou. Então, você pede da biologia, da química, da medicina, da farmácia, da odonto, você pede patente. O que corresponderia no mestrado profissional? Corresponderia no mestrado profissional é que ele está ligado à relação ensino aprendizagem. Então, esses Programas estão produzindo materiais didáticos, materiais pedagógicos, propostas efetivas, por exemplo, para a educação infantil? Então, esse tipo de coisa difere um pouco do mestrado acadêmico que pode ter isso. Ele pode ter isso. Porque um aluno nosso aqui, que vai estudar a educação infantil, não possa propor uma cartilha, ou sei lá uma coisa nova? Um manual? O Warley Saab, por exemplo, meu orientando, que estudou síndrome de Down, tecnologia e ensino de matemática no ensino fundamental, porque ele não poderia propor um manual voltado para o ensino de matemática para as pessoas com síndrome de Down?

**(E) Mas, isso atualmente não seria reconhecido pelo próprio CTC na avaliação, não é?**

**(Prof. Cury)** No mestrado acadêmico não. Então, eu quero levar duas grandes temáticas. Uma é essa: a questão do acadêmico e do profissional e suas respectivas especificidades, mas não abrir mão do rigor. E a segunda é que em 2007, a CAPES se tornou a CAPES da Educação Nacional.

**(E) A CAPES do “B”.**

**(Prof. Cury)** Só que na verdade hoje ela é a CAPES do “A” e a CAPES do “B”. Mas, ela se tornou, por lei, a CAPES da Educação Nacional. Então, o CTC da educação básica, ele sequer tem ligações, como eu vou dizer, institucionais com o CTC da “A”. Então, tem coisas aí, por exemplo, que são subavaliadas. Por exemplo, a Sandra, dá aulas na graduação como professora da pós-graduação, como professora da PUC. O que vale isso? Se ela não der aulas na graduação, conta negativamente. Mas, se ela dá aula na graduação, ela apenas cumpre o dever. Então, se nós estamos formando aqui tantos docentes para o sistema público ou mesmo para o sistema privado, isso não vale nada como tal? Agora, você o PNPG, está lá que se deve se reconhecer essa diferença, que se deve valorizar esse tipo de coisa. Então, eu vou tentar fazer essa ponte com o CTC do “A” e o CTC do “B”.

**(E) Fale de sua passagem pela presidência da CAPES. O que o levou a renunciar após um mandato tão curto?**

**(Prof. Cury)** Foram nove meses. Foi meio patético, não é? O Ministro da Educação de então, ele não tinha nenhum sabor positivo com relação à educação superior e, em especial, pela Pós Graduação. Ele estava obcecado pela educação básica e ele tinha duas obsessões: a primeira era a federalização das escolas e a segunda era uma massiva distribuição da Bolsa Escola. Então, os assessores dele chegaram a me falar claramente: “Os alunos da pós-graduação são todos ricos. Eles não precisam de bolsa. Então, vamos pegar essas bolsas, vamos dividir por R\$ 15,00 que era o valor então da Bolsa Escola e nós vamos

ampliar o universo de Bolsa Escola. Mas, independente disso, o grupo que o assessorava, realmente desprestigiou muito a pós-graduação. E eu enfrentei desde logo um problema que esta posto hoje: o dólar, com a eleição do Lula, tinha chegado a R\$ 4,00. Estava um valor assim astronômico. E, quando eu assumi, o Governo anterior e a presidência da CAPES anterior deixaram para mim o pagamento da assinatura do portal da CAPES que deveria ter sido feita por eles, ainda no Governo Fernando Henrique. Como nós estávamos sob o FMI e como o dólar estava a R\$4,00, o valor a assinatura do portal que é astronômica... é... uma coisa é você multiplicar por 2 ou por 1,9. Outra coisa é você multiplicar por 4! E havia a determinação de só se pagar restos a pagar com autorização direta da Fazenda e do Planejamento. Então, você tinha lá uns tantos milhares dólares para pagar o p Portal. Então, houve um esforço enorme na CAPES para não se perder tal assinatura. Embora nós da área das ciências humanas não nos sirvamos tanto do portal, para a área de ciências exatas ele simplesmente é vital. Hoje a área de ciências, física, química, biologia, medicina, farmácia, odontologia, veterinária são visceralmente dependentes do Portal.

### **(E) Hoje julgamos o portal como vital para as nossas pesquisas...**

**(Prof. Cury)** Mas você vê, o portal é de 98. Eu assumi em 2003. Então, a manutenção do Portal foi um grande desafio e regido por grande empenho. Bom, no último dia, que era véspera de carnaval, na última hora, o Governo brasileiro pago. Foi feito um trabalho interno enorme pra convencer o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda e o da Educação para liberar os recursos. Liberar na última hora. Aí eu propus ao Ministro Cristovam: “olha, vamos fazer uma cesta de contribuintes para o portal. Além da União, além do MEC e vamos, ao invés de pagar tudo de uma vez só, vamos tentar pagar de três vezes. Vamos consultar as entidades privadas que não tenham pós-graduação”. Formou-se uma comissão, constituída por pessoas competentes para pensar essa cesta e para pensar essa forma de pagar o portal. Bom, aí tá. Eu tinha o dinheiro do orçamento da CAPES que não cobria a assinatura que é muito cara e os editores são duros. E aí eu fui passando de ministério por ministério. Fui no Planejamento, era o Guido Mantega. O Mantega ficou muito bem impressionado. Quando eles viam o quê que era o portal eles abriam o olho desse tamanho! Puxa a vida, isso é coisa de primeiríssimo mundo e tal. Fui no Ministério da Fazenda, fui no Ministério das Forças Armadas, e todos eles passaram a contribuir um pouco para a tal da cesta de créditos pra fechar o valor do portal. Bom, aí eu fui, finalmente, no Ministério da Ciência e Tecnologia e lá eu consegui cinco milhões de reais. Um dia eu chego na CAPES, vem minha secretária e diz: “Professor, o senhor está sabendo dos 5 milhões que o senhor conseguiu lá no Ministério da Ciência e Tecnologia? Eu disse: “faz parte da cesta”. Ela disse: “Não, ele foi retirado do dinheiro do portal para ser integralmente levado para a Bolsa Escola”. Aí eu falei, bom, o mínimo que teria que ser feito era ter conversado antes comigo. Por aí eu resolvi me demitir. Mas, ao lado disso tinha muita coisa miúda que não vale a pena discorrer. Mas, aí eu sabia que fazia parte do cotidiano.

**(E) O professor tem uma produção marcada pela temática histórica no âmbito da educação no Brasil, ora promovendo, ora articulando as interrogações sobre as quais se edifica a educação. E, completados aí 50 anos de docência e de pesquisa.**

**(Prof. Cury):** Ano que vem! (risos)

**(E) Ok, mas 2015 esta aí, batendo na porta, não é (risos)? Então eu diria que o professor é, num jargão jornalístico, uma testemunha ocular da história e, especialmente, da história da educação.**

**(Prof. Cury) Recente!**

**(E) Recente! (risos) O que possibilitou ao homem, ao sujeito e ao pesquisador figurar como testemunha dessa história, especialmente de um longo período da educação brasileira que é a pedra de toque pro futuro dessa nação?**

**(Prof. Cury)** Sem dúvida. Eu acho que eu tive alguns privilégios na minha vida, que me conduziram a ter essa situação a qual você se refere e com a qual eu compartilho com outros colegas. A primeira delas eu tive um, apesar de alguns lados nem tão interessantes, que foi uma formação clássica muito boa. Segundo, eu tive a oportunidade de trabalhar no básico da PUC de São Paulo onde eu acho que me fiz professor. Eu aprendi lá com meus colegas e etc. a ser professor, que é você entrar numa sala de aula e como é que você pode motivar os seus alunos. Então, isto com relação à minha atividade propriamente docente. No outro caso, eu tive uma espécie de sorte, privilégio, acaso, o que quer que seja, de ter estado naquele doutorado da PUC num momento altamente transitivo no Brasil em que nós saíamos da ditadura e tentávamos construir uma democracia. E, por conta disso, obviamente Sandra, a que se somam produções, escritas, etc., etc. e, depois, o fato de eu ter estado no Conselho Nacional por oito anos para normatizar a LDB e eu era presidente da Câmara. Eu tive que, não só estudar direito constitucional, direito administrativo, mas também fazer um mergulho nesse tipo de coisa. Então, de alguma maneira eu fiquei conhecido no Brasil. Seja por este movimento propriamente universitário acadêmico de estudos, pesquisas relativas a esta passagem transitiva da ditadura para a democracia, redemocratização, seja por conta desse outro vetor normativo e que também foi privilegiado, porque todo o equipamento educacional brasileiro teve que ser repensado à luz de uma nova LBB, eu fui obrigado a fazer pareceres. O Parecer sobre a EJA, a discussão sobre propaganda em livros didáticos, a liberação ou não, para os adventistas do sétimo dia e aulas nas sextas e sábados. Então, coisas dessa natureza que exigiram, sobretudo, os quatro primeiros anos pós LDB, 97, 98, mais 98, 99, 2001 foram anos assim que eu simplesmente virei um viajante, explicando a LDB, seus limites, suas possibilidades. Então, eu tinha duas frentes. Eu considero três, porque uma delas eu guardo comigo que é a acadêmica. E eu tinha duas frentes. Uma mais universitária, acadêmica, etc., são estas publicações e tal em torno do direito à educação, e a outra era com relação mesmo a você dizer para os Conselhos Estaduais, Conselhos Municipais o quê que é que está sendo discutido, etc. Isso criou um caldo de conhecimento que talvez leve a isso que você se refere. Eu acho que foi isso. Porque eu tenho outros colegas que também pertenceram ao ciclo básico da PUC, que também pertenceram ao primeiro doutorado da PUC e se destacam. As circunstâncias me levaram a que eu tivesse que me obrigar a avançar nesses três campos. Às vezes, sou convidado pelas minhas antigas alunas do Sacré- Couer para ir num encontro lá em São Paulo até hoje. E elas reconhecem que eu fui um professor adequado e tudo isso. Então, várias gerações passaram aqui, na UFMG, então... O outro momento que está dentro desta passagem da ditadura foi a redefinição do Programa de Pós Graduação da UFMG. Então, eu peguei várias viradas. Eu peguei a virada do Vaticano II, tendo vivido anteriormente o tridentino, de Trento, fechado e tal e, de repente O Vaticano II. Uma passagem brava. A segunda é essa de ter pertencido à turma da PUCSP. A outra ter pertencido na UFMG a um grupo de pessoas que também adquiriram grande projeção: o Miguel Arroyo, o Neidson Rodrigues, a Magda Soares... Então, esse tipo de coisa Sandra, eu acho que foi casual. Entendeu? É um momento histórico em que eu tive esse privilégio.

**(E) Com essa ampla vivência, essa experiência profundamente rica, e fecunda em todas as dimensões, o que é que o professor espera da educação brasileira para as próximas gerações? Considerando que essa sociedade na qual -**



**vivemos tende a ser muito mais complexa e diferente das nossas referências societárias inclusive. É possível alimentar o sonho de uma sociedade mais justa, igual, fraterna? É possível acreditar na construção do cidadão e no exercício da cidadania?**

**(Prof. Cury)** Se o planeta subsistir ao calor, ao esquentamento climático, se o direito à Terra for preservado... Porque hoje estamos discutindo em torno da secura, tufão em Brasília... Nós estamos discutindo outro direito importantíssimo que é o direito à Terra e que é o direito das novas gerações. As novas gerações têm o direito que nós deixemos para elas uma Terra melhor que nós recebemos. Pelo visto nós vamos deixar pior (risos). Com esse desmatamento, degelo e tudo mais. Eu acho o seguinte Sandra: a minha geração foi a geração, eu diria, da desconstrução da ditadura. E de projetos de construção de democracia. Eu acho que nós fomos felizes na desconstrução da ditadura. A nossa geração não tem sido feliz na construção de uma democracia educacional. Eu acho que é hora das novas gerações pegarem um pouco esse bastão e agora tentar a construção de uma democracia educacional. Nós fomos muito felizes na desconstrução da ditadura, na denúncia e tudo mais. Você me pede é um anúncio. Se eu vejo, como é que eu vejo esse futuro para a educação.

**(E) Não só para educação, para sociedade...**

**(Prof. Cury)** Eu acho que nós temos pela frente um desafio muito grande que é a incorporação das populações que até hoje ficaram fora do circuito do acesso qualificado a determinados bens. Isto e mais, em que medida estas populações poderão participar. E quando eu vejo essa massificação das tecnologias e tudo mais, eu fico pensando que esse bastão que passa para as novas gerações terá que encontrar outros vetores para a educação, sem abandonar o que ela trouxe de tradicional, de positivo e tal, encontrar caminhos novos. E eu não vejo como você escapar de outro modo de incluir essas populações, senão através de uma utilização democrática de novos meios de comunicação, de novos recursos, etc. Você passa na rua e esta todo mundo com fone de ouvido. Então, como é que você vai fazer disso, que está se massificando, etc., um polo para participação? Como é que você vai fazer disso um polo para a educação inclusiva? Eu acho que esse é o grande desafio nosso. São essas novas formas de participação que podem potencializar a democracia representativa.

**(E) Essas novas formas de participação como as que a gente viu recentemente como os movimentos de junho de 2013 são novas formas de cidadania?**

**(Prof. Cury)** São. São novas formas de cidadania. Eu acho sim. Embora eu tivesse gostado mais que a Presidente da República houvesse encaminhado esse Projeto de Participação por uma via legal, ou seja, por Projeto de Lei ao Congresso Nacional, eu fico estarrecido de ver as críticas que foram feitas ao tal do Decreto. É realmente estarrecedor ver como ali eles estão colocando “cabelo na casca do ovo”. São críticas do tipo catástrofe dizendo que serão novos soviets, que tornarão o Brasil uma nova Bolívia, uma nova Venezuela. Não entendo...

**(E) O senhor está se referindo ao Decreto da Presidente de criação dos Conselhos de Participação da Sociedade Civil?**

**(Prof. Cury)** Isso. Como lugares de consulta. Não são lugares de decisão. Inclusive fala claramente que o lugar de decisão é o Congresso Nacional.

**(E) Os políticos reagiram de uma forma estarrecedora. “Ela está tirando os nossos poderes”!**

**(Prof. Cury)** Estarrecedora. Eu não queria acreditar no que eu estava ouvindo. Tudo bem, eu preferia que tivesse sido por lei.

**(E) Mas, isto por lei não sairia.**

**(Prof. Cury)** Mas, provocaria um bom debate! Mas, é estarrecedor esse tipo de visão elitista que ainda permanece. Mesmo que você diga, olha hoje você tem uma massificação do *tablet*, você lê jornal hoje em qualquer engenhoca dessas, você está conectado com o mundo! Tem um tema que eu gosto muito de pensar que é a questão da cidadania mundial. É um tema que vem me provocando muito. A questão do imigrante, dos haitianos que tão vindo aí, dos bolivianos, os senegaleses na França, o curdos, a questão da Rússia e da Ucrânia. São essas questões que eu acho que, talvez, nós possamos virar o mundo junto com o desaquecimento global e junto com isso, quem sabe, a criação de condições de uma cidadania mundial. Isso é uma coisa que vem me batucando... o quê que é o imigrante, o que é o migrante, o que é o outro, absolutamente outro, estrangeiro.

**(E) É são questões que direito internacional hoje enfrenta. É a própria Carta dos Direitos Humanos, uma declaração única pro mundo? Como é que é isso frente a tantas diferenças?**

**(Prof. Cury)** Sem dúvida. Começou em Nuremberg. São crimes contra a humanidade.

**(E) Quer dizer, a noção de humanidade já está mudando.**

**(Prof. Cury)** É isso minhas queridas!

Recebido em: 15/10/2014  
Aprovado para publicação em: 31/10/2014